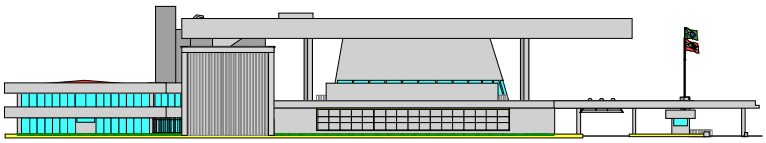
17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII | FLORIANÓPOLIS, 23 DE ABRIL DE 2013 | NÚMERO 6.539

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4ª SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Gelson Merisio
Angela Albino
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Valmir Comin
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Ismael dos Santos
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Jorge Teixeira
Angela Albino
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Ismael dos Santos
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora em exercício:
Nadia Regina Pereira

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII
NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 026ª Sessão Ordinária realizada em 10/04/2013.....2
Ata da 027ª Sessão Ordinária realizada em 11/04/2013.....14

Atos da Mesa
Ato da Presidência DL 20
Atos da Mesa DL 20
Atos da Mesa.....20

Publicações Diversas
Ata de Comissão Permanente..... 27
Aviso de Licitação 28
Aviso de Resultado 28
Extratos.....28
Ofícios 29
Portarias.....30
Projetos de Lei 31
Projeto de Lei Complementar..... 32

PLENÁRIO

ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Faz observações com relação à energia no planalto norte.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da Defensoria Pública.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao sistema cooperativita; registra recursos disponibilizados para o estado.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Comenta a PEC 37, chamada PEC da Impunidade; reporta-se à fragilidade da fronteira de Dionísio Cerqueira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Responde ao artigo publicado, no dia de hoje, no jornal *Notícias do Dia,* tendo como autor o colunista Paulo Alceu, cujo título é Clima Ruim.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Reporta-se à saúde pública em Santa Catarina.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se ao traçado para a Ferrovia do Frango.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Manifesta-se a respeito da regulamentação da Lei n. 12.796/2013, que alterou a Lei n. 9.394/1996.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discorre a respeito dos problemas por que passa a saúde.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Reporta-se a respeito da Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda a questão da PEC 37.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se sobre a pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença dos alunos da Escola Municipal São Roque, do município de Timbó, juntamente com a coordenadora da escola, sra. Sílvia, e as professoras Carla e Geni. Os alunos do 5º ano vieram visitar a capital do estado de Santa Catarina e também a Assembleia Legislativa. Desejamos boas-vindas aos alunos e às professoras que são lá do médio vale do Itajaí, do município de Timbó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Em nome desta Casa sejam todos bem-vindos, alunos e professores do município de Timbó.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. deputado Romildo Titon, presidente em exercício neste momento, sras. deputadas, srs.

deputados, todos que se fazem presentes neste plenário, especialmente do meu município de Canoinhas.

Estão aqui os vereadores Paulo Glinski, líder do governo do município de Canoinhas, Neno Pangratz, que também faz parte do governo daquele município. Também está presente Neuzo dos Santos, vereador eleito a pedaladas, eleito numa bicicleta, que tem o nome popular de Genérico. Bem-vindos a este Parlamento e que se registre nos Anais desta Casa a sua presença neste momento.

Gostaria de me reportar hoje, comunidade catarinense, à energia do estado de Santa Catarina, mais precisamente à energia do planalto norte. Temos recebido muitos pedidos da comunidade pela melhora do setor de energia na nossa região.

Para isso convocamos uma importante audiência pública, para sexta-feira, às 9h30, na Câmara de Vereadores de Canoinhas, para a qual estão convidados todos os deputados, deputado Darci de Matos, deputado Silvio Dreveck, para fazermos uma discussão sobre a energia no planalto norte, uma vez que as reclamações são constantes. Temos problemas, sim, no trabalho que está sendo realizado na importante obra Canoinhas-Padanduva. São 30 quilômetros de rede elétrica, e tivemos uma paralisação devido ao Iphan.

O Instituto Iphan parece que achou umas pedras diferentes no traçado da rede de energia elétrica e paralisou as obras. Tenho certeza de que esse instituto irá liberar essa importante obra no valor de R$ 30 milhões, sendo uma obra em que a energia elétrica que sairá da subestação de Canoinhas irá para Papanduvas, atendendo também ao município de Itaiópolis e região.

Quero agradecer ao presidente da Celesc, sr. Cleverson Siewert, que estará presente na audiência pública, juntamente com sua equipe, mostrando à população a importância da energia elétrica e como se está comportando essa importante estatal em relação aos problemas do município de Canoinhas.

Nessa audiência pública esperamos contar com a presença dos prefeitos e vereadores da região, presidentes de entidades, para discutirmos esse importante segmento que é a energia para o crescimento e desenvolvimento do planalto norte.

Quero também, como já o fiz ontem, reportar-me à Ferrovia do Frango, para a qual está sendo elaborado o projeto. E queremos o traçado pelo planalto norte, porque é mais barato para a união. Esse traçado já está pronto, vai de Chapecó a Herval do Oeste, Joaçaba, presidente Romildo Titon, Caçador, Porto União, Mafra, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Corupá, Jaraguá do Sul, Joinville e porto de São Francisco do Sul.

Conclamo todos os deputados dessa importante região de Joinville para que façam seus pronunciamentos solicitando ao governo federal esse traçado que é o mais viável economicamente, pois já temos o leito da ferrovia.

Há 50 anos não se faz nenhum investimento em ferrovia em Santa Catarina, repito, há 50 anos. Temos que acordar, ver e dizer que o melhor transporte é, sim, o ferroviário.

Hoje, ainda, na importante comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Maurício Eskudlark, discutimos o roubo de cargas. Ora, temos que mudar! O nosso viés rodoviário está congestionado. O nosso viés rodoviário já está sem condições de trafegar. Temos que criar opções como navegação e ferrovia.

Em relação à ferrovia do planalto norte, quero dar conhecimento a todos os catarinenses que os 40 deputados aprovaram uma moção, elaborada por este deputado, para que a primeira rodovia seja feita no traçado que já existe, e queremos a segunda ferrovia passando por Rio do Sul direto a Itajaí. Mas a Ferrovia do Frango torna-se mais barata, se fizermos somente 70 quilômetros, de São Francisco do Sul a Itajaí. Deputado Darci de Matos, nesse importante traçado são somente 70 quilômetros.

Então, queremos beneficiar o Porto de São Francisco, queremos beneficiar a cidade de Joinville, Araquari, enfim, a região que mais cresce no Brasil, que é a região de Araquari, Joinville e também o planalto norte.

Sendo o traçado feito pelo planalto, resgata a história do Contestado, resgata a dignidade do planalto norte. Todos os municípios onde passa a estrada de ferro serão contemplados, serão beneficiados. Teremos novamente o trem funcionando em nossa região, resgatando a história do Contestado que é a mais importante do que a Guerra dos Canudos, como aqui já foi falado, por quê? Porque na Guerra dos Canudos tínhamos Euclides da Cunha que relatou para o Brasil e para o mundo no seu livro *Os Sertões,* criando a maior revolução do Brasil, mas não foi. A maior revolução do Brasil foi a Guerra do Contestado. Em relação a essa guerra, hoje, já temos escritores valorosos que fazem com que a Guerra do Contestado seja difundida e conhecida pelos nossos habitantes.

Além disso, como deputado autor da lei da bandeira do Contestado, quero dizer que a Guerra do Contestado foi até questão no último vestibular. Isso nos enche de orgulho. Também a região do Contestado também será beneficiada.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, estamos recebendo aqui na Casa a visita de mais de 80 coordenadoras e coordenadores de grupos da terceira e da melhor idade de Joinville que tem mais de 100 grupo. Temos uma associação chamada Ujet, que é a associação que congrega esse grupo da melhor idade, cuja presidente é a Tereza. Eles fazem um trabalho bacana de integração, de promoção social, de solidariedade, na nossa cidade. Hoje eles estão visitando a Assembléia Legislativa e a capital do nosso estado. Também em Joinville temos duas associações de clubes de mães, que hoje não estão presentes aqui, mas certamente virão também visitar o parlamento catarinense. Sejam bem-vindas, espero que vocês possam voltar sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Da mesma forma, deputado Darci de Matos, esta Presidência se congratula com todos de Joinville que estão presentes, conforme falou V.Exa., mas eu prefiro ficar como se fossem todos da melhor idade, porque depois dos 50 é a melhor idade.

A Sr. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Acho que toda idade é maravilhosa em todas as fases.

Sr. presidente, também queria aqui registrar a presença do vice-prefeito, do partido dos Trabalhadores, da cidade de Schroeder, Moacir Zamboni, do vereador do Partido dos Trabalhadores de Jaraguá do Sul, João Fiamoncini, dos assessores Gilson, João Gotard e Adriana Cunha, que se fazem presentes neste Parlamento.

Também quero registrar a presença nesta Casa do vice-prefeito Valdoci Saul, dos vereadores Esmael, Saul e do secretário de Obras, Silvio, do município de Romelândia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sejam todas bem-vindas as pessoas citadas pela deputada Ana Paula Lima.

Inscrito o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela Rádio Alesc Digital, TVAL e nossos visitantes desta quarta-feira, quero retomar um tema que evidentemente não pode ficar parado ou esquecido, como parece que está, por parte das autoridades do Poder Executivo estadual.

Refiro-me ao salário dos servidores da Segurança Pública, que tem diversas instituições, a maior delas a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, o sistema prisional e o Instituto Geral de Perícias, uma soma de mais de 20 mil servidores públicos que estão neste momento sendo a categoria que, há mais tempo, não recebe atenção do governo do estado com relação à questão salarial.

Fazendo uma pequena retrospectiva histórica dessa questão, poderíamos buscar o ano de 2003, que se gastou inteiro discutindo uma lei salarial que deveria superar as distorções, as injustiças salariais, as discriminações salariais existentes entre os servidores da Segurança Pública. Existentes nas décadas anteriores, que vieram no começo da década de 90, prolongaram-se por toda aquela década e entraram no século XXI trazendo uma série de episódios, de medidas administrativas legais, por que não dizer, ideológicas, por parte dos sucessivos governos, discriminando segmentos da segurança pública, especialmente ou diretamente aqueles que já tinham o menor salário, os setores de base da Segurança Pública, que levaram a diversas situações de conflito no interior das instituições.

Passamos o ano de 2003 inteiro discutindo uma lei que pudesse fazer essa justiça, digamos, para sempre ou por um largo período de tempo. Em 2004, essa lei discutida por um ano inteiro entrou em vigor como Lei Complementar n. 254. Todos os deputados que estavam aqui na legislatura anterior ouviram isso algumas vezes nesta Assembleia Legislativa e sabem que falamos durante quatro anos da necessidade de o governo cumprir o que estava escrito na Lei Complementar n. 254, que foi aprovada em novembro de 2003.

A lei não foi cumprida. Veio o movimento dos praças, pela angústia, no final de 2008. Uma angústia pelo não cumprimento de uma lei que o beneficiava, mas aquilo que beneficiava a maioria, que era a base, não foi cumprido na referida lei. Outros aspectos que beneficiavam setores mais de cúpula já logo de início foram cumpridos. Isso criou uma situação de revolta, de angústia, e teve o movimento de 2008, de paralisação das atividades na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, em diversas regiões do estado de Santa Catarina e nesta capital também.

O ano de 2009 foi o ano do castigo, em todos os sentidos, inclusive no enterro da Lei Complementar n. 254, para fazer justiça salarial para sempre dentro da Segurança

Pública. No inferno de 2009, o governador da época, ainda Luiz Henrique da Silveira, mandou para cá um projeto de lei complementar que anulava as principais balizas da Lei Complementar n. 254, que era a proporcionalidade entre o maior e o menor salário. Foi aprovado nesta Assembleia, no inverno de 2009, um projeto de lei complementar que terminou sendo curiosamente o PLC n. 0454, ou seja, um número para confundir. E o conteúdo dele distorce, contraria, estabelece em letras e em números o enterro da lei que deveria fazer justiça salarial.

Desde então, além de nos defender do castigo atroz, a Lei n. 0454 precisava ser revista. E a aprovação dessa outra lei foi uma parte do castigo, uma aprovação sem o apoio da bancada de Oposição, que se retirou quando aprovado esse PLC, no inverno de 2009. Era o que dizíamos em 2010 e 2011, e corrigir tais distorções começava por incorporar a série de abonos que tínhamos.

Pois no final de 2011, já com um novo governador e uma nova legislatura neste Parlamento, o governo de Raimundo Colombo começou a fazer essa justiça: a data base que foi criada naquele final de ano para valer a partir de 2012 do ano passado; a incorporação dos abonos; a anistia que já tinha vindo também para anular os castigos dos anos anteriores.

No entanto, a incorporação dos abonos, que era a primeira medida, tem mais de dois anos de prazo, tanto que já passamos um ano e cinco meses desde a aprovação dessas leis aqui e ainda falta um ano para o governo terminar de pagar os abonos. Evidentemente, um tempo muito longo.

A esperança do conjunto dos servidores públicos de todos os segmentos de uma manutenção do poder aquisitivo dos salários era a data base; nos meses de janeiro dever-se-ia repor as perdas relativas à inflação do ano anterior. E neste mês de janeiro e fevereiro o governo em outras palavras decretou a extinção de uma lei que ele próprio tinha criado um ano antes. E anulou a data base. Os servidores públicos estaduais não tiveram reposição das perdas inflacionárias relativas a 2012.

E lá na iniciativa privada os patrões são obrigados a anualmente repor as perdas inflacionárias, são obrigados por decisão judicial, por lei é obrigado a negociar com o trabalhador, fazer um acordo, se não fizer por bem, a Justiça determina. E o governo do estado não fez a reposição de 2012 para nenhum servidor público do estado.

Como disse, outras categorias, saúde e magistério, educação, tiveram leis salariais aprovadas, aqui, recentemente. Não que era tudo que queriam, especialmente no Magistério tem muito descontentamento com a lei salarial que foi instituída, porque achatou a carreira. Na saúde também se buscava mais, mas como resultado da greve do final do ano passado aprovamos aqui, recentemente, a lei salarial dos servidores da saúde. Estão de parabéns, merecem isso e muito mais.

Quero registrar que na segurança pública até agora só se ouve o vento. Rumores voam com o vento nos corredores da casas de comando, das instituições da segurança pública, dos corredores de palácio, nos chamados bizus, comentários que aparecem por aí, que fulano disse, que beltrano falou, que vão fazer isso, antecipar o pagamento do abono. Agora vai vir subsídio, todo mundo vai ganhar bem. É só todo mundo ficar calmo. É o que rola pelo vento. Mas nenhuma palavra, oficialmente, pelas autoridades com competência para isso.

É preciso melhorar o salário dos servidores da segurança pública. Como falava aqui, há semanas atrás, mais de mil novos policiais militares de Santa Catarina inscreveram-se no concurso para Polícia Militar no Paraná, porque lá pagam um salário melhor, agora. E mais de 100 passaram e, por certo, irão para o Paraná.

Em Santa Catarina falta policiamento, faltam policiais, o salário está menor. E continuamos orgulhando que somos o estado mais parecido com a Europa, que existe no Brasil, embora a Europa esteja ficando feia.

Então, precisamos debater isso.

A Associação dos Praças, da qual eu não sou mais presidente, o nosso mandato está à disposição do secretário da Segurança, dos comandantes, do secretário da Fazenda, para debater sobre isso. O governo precisa tomar medidas concretas e corretas, tomar cuidado para não errar, porque isso cria mais conflito. É o que vamos debater por aqui, nas próximas semanas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham, em especial o grupo de terceira idade, lideranças de Joinville que nos estão visitando.

Quero, hoje, tratar de alguns assuntos que com certeza refletem muito em nosso estado e em especial na nossa agricultura familiar.

Estamos acompanhando nesses últimos anos um grande apelo dos agricultores catarinenses, numa resolução do Tribunal de Justiça, da corregedoria, que diz respeito ao registro de averbação de reserva legal para transferência de escritura de propriedade.

Nós temos em nível de Brasil, srs. deputados, o novo Código Florestal e a legislação ambiental brasileira, que nunca exigia a averbação da reserva legal, ainda mais da agricultura familiar, somente em alguns casos em que as empresas cobravam dos agricultores para continuar alojando animais nas propriedades.

Então, estivemos ontem com a desembargadora e corregedora Salete Sommariva, do Tribunal de Justiça do Estado, e também com o corregedor Alexandre, quando tratamos desse assunto e tivemos aí a boa notícia de que há um termo de acordo entre a Fatma - Fundação Estadual do Meio Ambiente -, o Ministério Público e a Corregedoria de Justiça de Santa Catarina, o qual será finalizado nas próximas duas semanas. A partir daí teremos a possibilidade de não termos essa cobrança existente da averbação legal, que para os agricultores é um custo altíssimo, porque muitas vezes a propriedade está em condomínio, e para fazer a averbação de reserva legal para um condomínio de agricultores é um custo muito alto, a burocracia é imensa e muitos agricultores não estão fazendo a sua transferência de escritura ou estão parados, pois não se está dando conta.

Portanto, temos a informação de que nas próximas duas semanas esse acordo terminaria e a Corregedoria de Justiça repassaria aos cartórios uma orientação de que não exigiria mais a averbação da reserva legal. Esse é um passo, na nossa avaliação, importante.

Então, seria importante, deputada Ana Paula Lima, a Fatma logo adotar o Car - Cadastro Ambiental Rural, pois isso resolveria o problema e não traria mais custo para os nossos agricultores.

A expectativa que temos é que a Fatma, o nosso presidente, encaminhe rapidamente agora o Cadastro Ambiental Rural - Car, para justamente ter a garantia de que o meio ambiente será valorizado e cuidado, mas que não precise mais fazer toda essa documentação que se precisou até agora. Portanto, com certeza, essa é uma informação importante para os nossos agricultores de Santa Catarina.

A segunda questão, sr. presidente, é sobre um trabalho que estamos fazendo nesses últimos dias dentro desta Casa, com outros deputados, bem como com a deputada Ana Paula Lima que participa da CCJ, de buscar uma alternativa das nossas cooperativas na lei estadual do cooperativismo, que está tramitando nesta Casa. Nós não concordamos de que a lei feche os caminhos para o nosso cooperativismo, principalmente solidário, no estado de Santa Catarina, por uma alegação de que tem uma lei oficial, que não vimos onde ela está de fato. E o art. 5º da Constituição, nos incisos XVII e XVIII, fala da livre adesão à organização cooperativa, que o estado não pode intervir, não pode regular o cooperativismo. Ele tem que se autorregular, tem que ter sua organização.

Por isso, entendemos que esta Casa não pode aprovar uma lei que favoreça uma parte somente do cooperativismo. Reconhecemos e queremos deixar isso muito bem claro, e eu também como cooperativista, de que o cooperativismo em Santa Catarina cumpre um papel extraordinário, todo ele. Agora, por isso, esta Casa não pode aprovar uma lei que afunila processos para um grupo e não respeita o grande grupo cooperativista que existe registrado na Junta Comercial de Santa Catarina.

Então, queremos que todas as cooperativas que estão registradas na Junta Comercial, legalmente constituídas, possam fazer parte da política pública deste estado para o cooperativismo catarinense. É isso que defendemos. Defendemos, sim, a Constituição Federal e defendemos, principalmente, as cooperativas da agricultura familiar, que também estão organizadas em Santa Catarina, sendo que na União das Cooperativas da Agricultura Familiar no nosso estado, filiadas à Unicaf, são 108 cooperativas que têm mais de 100 mil associados.

Por isso, entendemos que esta Casa não pode aprovar uma lei excluindo esse grande grupo de cooperativistas da lei da cooperativa e da lei do fundo. E estamos trabalhando para que uma lei aprovada por esta Casa de fato respeite essa diversidade.

Por último, quero aqui registrar a satisfação de Santa Catarina ter mais uma grande luta conquistada.

No ano passado fizemos uma articulação muito grande, deputado Padre Pedro Baldissera, junto com os prefeitos, as associações dos municípios, e criamos o Fórum de Defesa do Oeste Catarinense, por intermédio da estiagem, naquela região, no ano passado. Conseguimos vários benefícios. Conquistamos R$ 30 milhões. Dez milhões para a emergência, que já foram liberados, R$ 10 milhões para a compra de máquinas e R$ 10 milhões para poços artesianos, destinados pela secretaria da Agricultura do nosso estado. Estão ainda para serem liberados os poços artesianos, que são R$ 10 milhões. E nos próximos dias, mais precisamente na sexta-feira à tarde, em Chapecó, teremos a liberação do primeiro grupo de tratores que serão entregue aos municípios atingidos pela estiagem.

Então, vamos ter aí a primeira leva de 60 tratores, e são em torno de 117, que serão

liberados para os municípios, com a presença da nossa ministra Ideli Salvatti. Mas deixo claro que R$ 10 milhões são repassados pelo ministério da Agricultura para Santa Catarina através da secretaria da Agricultura. Queremos que isso fique muito claro, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Estivemos em Brasília, deputado Dirceu Dresch, com vários prefeitos e parlamentares do Partido dos Trabalhadores. E agora o secretário da Agricultura fará a entrega dos tratores. Mas é importante dizer que só vai fazer a entrega dos tratores porque houve uma ação dos prefeitos, sobretudo da região oeste de Santa Catarina, e o acompanhamento da bancada de deputados estaduais do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti. É exatamente isso. Esse reforço é importante. A sensibilidade do governo federal em atender a essa reivindicação do ministério da Agricultura e colocar esses R$ 10 milhões à disposição, o que vai ajudar muito os nossos municípios, principalmente os menores.

Ainda há pouco recebi o prefeito de Tigrinhos, que falava da importância dessa máquina para o município, desse trator de 85 CV, com, imagino, espalhador de adubo orgânico de seis mil litros, para 100 municípios.

Então, a bancada cumpre a função especial junto aos prefeitos, junto aos movimentos. A Fetraf Sul teve uma ação destacada, assim como outras organizações. A ministra Ideli Salvatti também teve uma intervenção importante nessa conquista para os nossos municípios de Santa Catarina. São 60 tratores, os quais serão entregues na sexta-feira. E a informação que temos é para chegar aos 117.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, só quero registrar a presença do nosso vereador de Chapecó, Narci Marquezine, líder da bancada, e também do vereador Kleiton Frossa.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Estão registrada as presenças. Sejam bem-vindas as pessoas nominadas pela deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cumprimento o sr. presidente, a sra. deputada Ana Paula Lima, os srs. deputados e quem nos acompanha nesta sessão.

Em primeiro lugar quero fazer referência à PEC n. 37 que está sendo muito discutida pelo Brasil afora. Inclusive temos na pauta do dia de hoje um pedido de aprovação de uma moção de nossa autoria, referendando a importância que tem a PEC n. 37, chamada PEC da Impunidade, para que possamos garantir que o Ministério Público estadual e federal possa ter poder de investigação sobre os diferentes crimes que estão hoje sendo investigados pelo Ministério Público.

Esta PEC n.37 que tramita no Congresso Nacional, conhecida como a PEC da Impunidade, retira o poder de investigação do Ministério Público estadual e federal, garantindo apenas a exclusividade da investigação aos policiais federais e civis em investigações criminais.

Quero fazer um registro da importância da nossa moção, no sentido de que tanto a Constituição Federal como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e demais leis infraconstitucionais já garantem que tenhamos o poder de investigação do Ministério Público. E o debate que precisamos fazer é no sentido de fortalecer as instituições, sobretudo fortalecer a autonomia do Ministério Público.

Eu sou da tese que o Ministério Público não pode ter uma relação muito próxima com os demais Poderes. Por quê? Porque o Ministério Público tem que estar por cima, investigando tudo e todos, quando houver suspeita de crime. Nesse sentido, queremos não só referendar o poder de investigação do Ministério Público, como também o poder de autonomia que esse órgão precisa ter.

Eu quero pedir o apoio de todos os deputados à moção que trata da PEC n. 37 sobre a impunidade.

Também quero me referir a um tema que está sendo tratado, nesses últimos dias, no município de Dionísio Cerqueira, extremo oeste catarinense, que está preocupando muito a população da fronteira. Inclusive fizeram contato para que pudéssemos intervir.

(Passa a ler.)

"Em primeiro lugar é preciso ter conhecimento que na região da fronteira, no estremo oeste, temos três cidades que praticamente estão emendadas que são: Dionísio Cerqueira em Santa Catarina, Barracão, no Paraná, e Bernardo de Irigoyen, na Argentina. São quase 40 mil pessoas que convivem entre esses dois países, dois estados, uma província e três municípios.

No último domingo, foi ao ar um programa, uma reportagem, sobre a fragilidade da fronteira, abordando o tráfico de armas, contrabando e também a falta de segurança na região.

Nós concordamos que é preciso garantir e investir muito mais na região da fronteira".

Eu já fiz uma manifestação nesta tribuna há poucos dias, falando do Emafron, que é basicamente o Programa Nacional de Estratégia de Fronteira, que está alocando para Santa Catarina em torno de R$ 33 milhões que serão investidos, em três etapas, no fortalecimento da segurança de fronteira.

(Continua lendo.)

"Mas não podemos esquecer, e é um pedido da população dessa região do extremo oeste, que temos muitas coisas boas acontecendo nessa região, nos últimos anos, que às vezes passa despercebido. E quem conhece o município de Dionísio Cerqueira hoje, o deputado Padre Pedro Baldissera é um grande conhecedor dessa região, sabe a diferença que existe de Dionísio Cerqueira de hoje com Dionísio Cerqueira de 15 anos, 20 anos. E por que digo isso? Porque nesse município temos várias ações sendo realizadas, com a parceria das três esferas de governo, que ultrapassam, nesses últimos anos, R$ 100 milhões de investimentos. São mais de 500 casas no meio rural; são R$ 830 mil para transporte escolar; são 900 carteiras escolares, mesas, cadeiras; são professores sendo contratados, enfim, também temos melhoria na qualidade da educação, passando de 3,7% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para 5,7%. Temos também obras no hospital municipal, em torno de R$ 2,3 milhões. E depois de pronto esse hospital também vai atender regionalmente. É uma infraestrutura urbana sendo modernizada, com revitalização de várias ruas, drenagem pluvial, recapeamento asfáltico, ensino superior chegando com o Instituto Federal, com a Unila, Universidade de Integração Latino-Americana. E na área da Segurança Pública, recentemente, a prefeitura assinou um convênio com o Ministério da Justiça para a implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci".

O programa tem a finalidade de articular ações de segurança pública para prevenção, controle e repressão à criminalidade".

Além dessas ações, também a instalação do gabinete de gestão, que é um programa federal que articula todas essas políticas de segurança pública.

(Continua lendo.)

"A boa relação dos municípios de fronteira é tão próxima que eles resolveram criar o consórcio intermunicipal da fronteira (Barracão-PR, Bernardo de Irigoyen/Argentina, Dionísio Cerqueira/SC e Bom Jesus do Oeste/PR).

Os municípios brasileiros criaram até uma patrulha mecanizada conjunta e a criação ainda não inaugurada do Parque Turístico Ambiental que deve ser concluído neste ano com investimentos de R$ 13 milhões.

No próximo dia 18 de maio acontecerá a 1ª Ação Global Internacional, programa realizado pelo Sesi e pela Rede Globo.

A edição em Dionísio Cerqueira será a primeira com característica internacional, já que contará com a participação das cidades gêmeas de Barracão/PR e Bernardo Irigoyen/Argentina, e levará à população serviços gratuitos, além de atividades sociais, culturais e de lazer."

Quero dizer com isso que é papel da imprensa noticiar, divulgar as fragilidades que existem nos diferentes municípios, mas também é papel da imprensa demonstrar os investimentos que estão acontecendo e o grande esforço das prefeituras. E aqui faço justiça ao prefeito de Dionísio Cerqueira, Altair Rittis, pelo Partido dos Trabalhadores, que tem o maior número de mandatos. Deputada Ana Paula Lima, é o quarto mandato do referido prefeito. É um prefeito que tem uma preocupação com todas as áreas, mas a região de fronteira é uma das suas grandes preocupações.

Então, queremos fazer essa menção para também valorizar as ações que estão sendo executadas em parceria com o governo do estado no Parque Turístico Ambiental, e, sobretudo, os mais de R$ 70 milhões investidos com o governo federal, da presidenta Dilma Rousseff.

Assim sendo, quero destacar aqui, sr. presidente e srs. deputados, esse olhar também de valorizar as coisas boas que estão sendo feitas.

Por último, quero dizer que estive em Curitibanos, juntamente com o deputado federal Pedro Uczai, que coordena a Frente Parlamentar das Ferrovias, e fiquei muito feliz com a grande participação daquela região, na semana passada, ocasião em que discutimos o traçado das ferrovias passando por Curitibanos.

Temos hoje no Brasil a falta de 50 mil motoristas e é importante dizer que 58% da soja em Santa Catarina são transportadas por caminhões.

Então, precisamos fortalecer as ferrovias, e a ferrovia que vai ligar o extremo oeste catarinense com o litoral é uma das

grandes oportunidades de desenvolvimento para o estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, do sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de fazer o registro da visita nesta Casa dos vereadores Fedele Stolf e Lúcia Fiamoncini, do município de Rodeio, que estão conosco aqui buscando ações para o desenvolvimento daquele município.

Então, gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa a visita dos nobres vereadores a esta Casa.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa, nobres edis de Rodeio.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero tratar de uma matéria que foi publicada, no dia de hoje, no jornal *Notícias do Dia,* tendo como autor o colunista Paulo Alceu, cujo título é Clima Ruim.

Alega o ilustre jornalista que alguns parlamentares revelaram indignação quando souberam que no Orçamento de 2013 este deputado fez algumas emendas de ordem pessoal no Orçamento que ora vige no nosso estado.

Houve um acordo sinalizado pelo governo Colombo para que não fossem apresentadas emendas, a fim de agilizar a votação e dar celeridade às obras. A base governista tanto acordou não apresentando nenhuma, como também impediu as emendas apresentadas pela oposição."

Mas dizem esses parlamentares ao colunista: Mas como? Ou seja, alguém apresentou emendas! Alguém apresentou emendas! Como surgiram emendas, se havia um acordo selado entre a base e o governo? Como se explicar para a oposição que teve seus pleitos todos derrotados? O clima não é dos mais amistosos, diz o colunista Paulo Alceu.

Mas é bom que o eminente deputado Silvio Dreveck esteja neste instante no plenário.

V.Exa. foi líder da bancada do PP em 2012, e vou invocar somente o testemunho de v.exa. E se estiver errado, se estiver enganado em algum momento da minha fala, quero que use o microfone de apartes para me corrigir.

É verdade, fui relator do Orçamento do estado do ano passado e acordei com meus pares da comissão de Finanças que todas as emendas, sem exceção, seriam encaminhadas à secretaria da Fazenda, para que os técnicos daquele órgão as examinassem. Se fossem convenientes, seriam incluídas no Orçamento e mandadas do Poder Executivo para o Poder Legislativo.

Fizemos todos os cronogramas de tramitação do PPA, da LDO e também da Lei Orçamentária Anual. É verdade que a parte final do cronograma da LOA e do PPA foi um pouco postergada, não porque esta Casa não quisesse votar o Orçamento ou o PPA, mas em razão da demora de os técnicos da secretaria da Fazenda que, usando de suas intransigências, não quiseram examinar as emendas dos deputados estaduais. E como os líderes que fazem parte da bancada que dá sustentação ao governo do estado acordaram que não deveria ser acatada qualquer emenda individual de deputado, qualquer emenda coletiva de bancada, e como sou obediente à decisão de líderes, cumpri religiosamente.

Encaminhei a v.exas., hoje, o relatório que fiz sobre as emendas. Também deixei com v.exas. cópia de todo relatório apresentado na comissão de Finanças e aprovado por unanimidade. E quero aqui de pronto dizer, deputado Silvio Dreveck, que se algum deputado encontrar alguma emenda individual do deputado Marcos Vieira, eu renuncio ao mandato!

De todas as emendas apresentadas, duas emendas ao texto foram aprovadas, porque diziam respeito à correção do texto; 180 emendas parlamentares foram, todas, rejeitadas; 89 emendas parlamentares apresentadas individual ou coletivamente foram, todas, rejeitadas.

Ora, é muito deferente, sras. deputadas e srs. deputados, emenda individual parlamentar, emenda coletiva de bancada e emenda do relator. E aí quero entrar na fase final da minha fala, deputado Silvio Dreveck, invocando mais uma vez o testemunho de v.exa.

Convencionou-se que todas as ações aprovadas nas audiências do Orçamento Regionalizado deveriam estar inseridas no Orçamento de 2013 e seriam todas encaminhadas por ofício para que a diretoria do Orçamento da secretaria da Fazenda as examinasse e incluísse no projeto de lei, ou seja, vindo do Executivo para o Legislativo. E acordou-se também que, caso o Poder Executivo não as incluísse, este relator faria a emenda de relatoria, e não emenda individual, e os vetos aos quais me refiro dizem respeito, exatamente, às ações aprovadas no Orçamento Regionalizado, como, por exemplo:

- Construção, reforma e ampliação do Centro de Referência da Assistência Social, SDR da Grande Florianópolis;

- Apoio ao Sistema Viário Rural, SDR de São Miguel d´Oeste;

- Construção de unidade prisional avançada, SDR de Mafra;

- Reabilitação da SC-280, ligando Canoinhas a Porto União, BR-153;

- Reabilitação da SC-477, trecho de Canoinhas a Major Vieira, BR-116;

- Reabilitação da SC-472, trecho Itapiranga a Iporã do Oeste;

- Reabilitação e aumento da capacidade da SC-486, SDR de Brusque;

- Revitalização da SC-469, SDR de Maravilha;

- Sub-ação que deduz recursos no valor de R$ 300.000,00 para a sub-ação, prioridade audiência pública, SDR da Grande Florianópolis;

- Pavimentação entre a SC- 411 e SC-470, trecho bairro Macuco, valor de R$ 500.000,00;

- Apoio Sistema Viário Rural, SDR de São Miguel d´Oeste;

- Construção da sub-estação de energia elétrica, SDR de Maravilha;

- Construção do Centro de Oncologia e Pediatria do Hospital Infantil de Santa Catarina, prioridade aprovada em audiência pública, SDR de Criciúma, de Joinville, de Quilombo;

- Udesc para Joaçaba.

Todas essas são ações que o governo do estado vetou e que dizem respeito a itens acordados em audiências públicas que v.exas. aprovaram em plenário, que, se o Poder Executivo não as mandassem a esta Casa, este relator teria a competência de incluir no relatório final. E foi o que fiz! Todas foram incluídas.

Volto a dizer que renuncio ao mandato, se algum deputado encontrar no relatório que apresentei e que aprovei qualquer emenda individual do deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Marcos Vieira. Gostaria apenas de registrar que esse acordo ao qual v.exa. se refere é verdadeiro. Acordamos na comissão que todas as emendas, todas as prioridades, inclusive com o aval do governo, até porque o número de emendas eram tantas que teriam que ter mais um Orçamento para torná-las viáveis, seriam incluídas nas audiências públicas regionalizadas.

Ora, se o governo vetou, não foi por iniciativa de qualquer parlamentar desta Casa que não quisesse incluir no Orçamento alguma emenda!

Portanto, concordo com as suas palavras e confirmo que não vi v.exa. fazer emenda de sua autoria individual, apenas como relator, aquelas anteriormente acordadas.

Portanto, qualquer manifestação de qualquer parlamentar estará em desacordo com aquilo que foi acordado na comissão de Finanças e Tributação.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, para finalizar, resumindo, todas as emendas apresentadas de ordem individual, ou coletiva, por bancada, foram rejeitadas. Só foram aprovadas as emendas que diziam respeito às audiências do Orçamento Regionalizado que v.exas. aprovaram lá nas audiências, na comissão e em plenário, mas que, infelizmente, o Poder Executivo vetou. E cabe a este Plenário manter o veto ou derrubá-lo. E se cada um dos srs. deputados tiver interesse na manutenção das ações, que derrube o veto na próxima terça-feira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, sras. deputadas, nesta semana o assunto da cidade, do estado e dos jornais foi a saúde pública em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Defasagem Histórica

Hospitais de SC pedem reajuste da tabela do SUS."

O editoral do jornalista e colunista Moacir Pereira tem a seguinte manchete: "O novo protesto dos hospitais".

Na segunda-feira, deputada Ana Paula Lima, quase todos os hospitais de cunho religioso, comunitário e privado deixaram de atender a uma série de pacientes, atendendo somente em algumas circunstâncias, para protestar principalmente contra a tabela do SUS.

Nós, deputada, demos entrada na Casa a um requerimento, a ser enviado a presidente Dilma Rousseff e ao ministro Alexandre Padilha, pedindo que se sensibilizem com esse quadro nacional, porque não é um problema somente de Santa Catarina, e reajustem a tabela do SUS urgentemente.

Não é possível! Faz 17 anos, deputado Romildo Titon, que não se reajusta a tabela do SUS no Brasil. E o mais grave é que o

governo federal, este mês agora, reajustou os medicamentos em 7%. E a maioria dos medicamentos neste país é produzida pelas grandes multinacionais do sistema farmacêutico industrial.

Então, é um absurdo que o governo federal se preocupe com a indústria farmacêutica no Brasil e não se preocupe com o Hospital de Angelina; com o Hospital de Canelinha; com o Hospital Divino Espírito Santo, de Fraiburgo, que está desativado há dois meses; com o Hospital São José, de Tijucas; e com a Maternidade Chiquinha Gallotti, de Tijucas.

Ontem, inclusive, tivemos a oportunidade de conversar com a irmã diretora do Hospital de Tijucas no gabinete do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli, ocasião em que o deputado buscou uma alternativa. Quem sabe esta Casa poderia criar um Refis com tempo limitado especificamente para socorrer os nossos hospitais.

Srs. deputados, eu tenho aqui uma tabela, e que foi publicada por toda a imprensa de Santa Catarina, dos procedimentos hospitalares, dos valores reais e do que paga o governo federal através da tabela do SUS. Não é possível!

Antes de ler os valores desses procedimentos, quero dizer que o editorial do jornalista Moacir Pereira trouxe os grandes prédios da capital: o prédio do Ministério Público, o marmitão do Tribunal de Justiça. Quando fui prefeito, deputado Aldo Schneider, embarguei esse marmitão. Aprovaram na prefeitura um prédio de 12 andares e fizeram de 15 andares.

A prefeitura deu dois embargos. Mandei embargar. Entrei com uma ação demolitória. Eu não queria demolir aquilo que eles fizeram irregularmente e tentei fazer um acordo mandando uma lei à Câmara Municipal de que o valor do que eles construíram a mais eles pagavam de multa que seriam revertidas às obras sociais da cidade.

Fui procurado pelo presidente do Tribunal à época, que me disse que não poderia pagar a multa, senão, teríamos que responsabilizar o presidente que permitiu esse negócio. E não regularizei, e o prefeito que me sucedeu acabou regularizando.

Aí você olha a suntuosidade do Tribunal de Contas, a suntuosidade do Tribunal de Justiça, do prédio do Ministério Público, comprado recentemente, e olha os nossos hospitais.

Então, também acho que temos que começar a discutir o percentual dos recursos do estado que vão para esses órgãos.

Sabemos das dificuldades por que passa o Executivo para arrecadar. E os prédios do Executivo, aqui, no estado, na capital do estado, não têm suntuosidade. O próprio palácio do governo funciona hoje num prédio que foi cedido pelo BESC. Até não é acanhado, mas é uma estrutura razoável.

As delegacias são uma vergonha, as escolas estão caindo. E quem não tem a responsabilidade de arrecadar, mas só a responsabilidade de gastar, é um absurdo. E quando chegar o fim do ano devolva dinheiro, dê três, quatro salários a mais para os funcionários, isso e aquilo. Está sobrando dinheiro para esses órgãos.

Hoje eu estava lendo que está sendo questionado no Conselho Nacional de Justiça o pagamento do auxílio moradia que estava atrasado para o Judiciário. Alguma coisa tem que ser feita. Não é possível.

E também aqui quero fazer uma crítica ao governo federal. Como é que se reajustam os medicamentos e não se reajusta o que os médicos, os hospitais ganham para atender à população pobre do estado de Santa Catarina e do Brasil?

Então, sr. presidente e srs. deputados, eu vou me permitir ler quanto é o custo do valor real e quanto é que o SUS paga por alguns procedimentos hospitalares.

(Passa a ler.)

"Para tratamento de pneumonia ou gripe o valor do SUS são R$ 504. Custo real R$ 1.800, e o SUS paga 27%;

Para tratamento de insuficiência cardíaca, o valor do SUS são R$ 659, e o custo real dos hospitais é de R$ 1.237. O governo federal só paga 53%;

Para tratamento de transtorno de vias biliares e pâncreas o valor é de R$ 228, e o valor real é de R$ 1.300. O governo federal só paga 27%." Isso sem falar aqui na consulta dos médicos que é uma vergonha isso.

Então, acho, sr. presidente, que primeiro o governo federal tem que se sensibilizar com esse quadro, porque no Brasil por incrível que pareça todos têm telefone celular. A tecnologia, o sentido da comunicação no Brasil é igual a de qualquer país desenvolvido no mundo. V.Exa., encontra o cidadão que recolhe lixo lá na esquina com celular. Mas se ele ficar doente, coitadinho, está morto, porque ele tem o celular mais moderno que permite a comunicação hoje, mas aquilo que essencial à vida de um cidadão, a saúde, a educação, ele não tem à altura do sistema de comunicação neste país.

Então, sr. presidente, acho que primeiro vamos aprovar esse requerimento à presidente Dilma Rousseff, porque estado tem responsabilidade e culpa também, assim como as prefeituras também. Eu acho que o grande responsável pela questão da falência da saúde no Brasil chama-se governo federal. E não podemos dizer que o governo federal não seja responsável por esse quadro.

Tenho conversado com muitos médicos. E também é um problema o corporativismo dos médicos, dos médicos que batem ponto e não trabalham, que falsificam dedo de plástico para bater ponto e que não aparecem nos hospitais.

Eu fui prefeito desta cidade, tive problema com os médicos que não apareciam. Também é um problema sério o corporativismo do segmento. Agora, às vezes, eu digo: o estado faz que paga, o governo faz que paga e eles fazem que trabalham. É assim que acontece.

Então, acho que precisamos fazer uma alteração profunda no sistema de saúde do nosso país. E isso começa, deputada Ana Paula Lima, primeiro que o governo no mínimo tenha um pouquinho de vergonha e não reajuste somente os recursos que vão para o setor farmacêutico das multinacionais deste país.

Como é que o governo aumenta? O governo não conseguiu ficar sensível às reclamações, à choradeira, com razão, dos hospitais, das irmandades religiosas, dos hospitais privados, e ficou sensível à reclamação das multinacionais produtoras de remédio neste país, aumentando em 7%. Faz uma semana isso.

Então, espero que possamos aqui dar a nossa contribuição para a saúde. E com respeito à questão das ambulâncias, o problema das ambulâncias é o problema dos hospitais também filantrópicos, comunitários, que não têm condições de atender. E o problema das ambulâncias não é o problema de Santa Catarina, é o problema do Paraná, do Rio Grande do Sul, mesmo porque é na capital que estão os grandes equipamentos médicos, os grandes centros médicos que as pessoas naturalmente já procuram.

Agora, se esses hospitais, que são centenas em Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares, tivessem condições de atender, provavelmente não teríamos tanta ambulância, também, na capital dos catarinenses.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Por uma parte concordo com v.exa., deputado Edison Andrino. E hoje em Brasília tem um ato público da Saúde+10, inclusive o deputado Volnei Morastoni está lá pedindo realmente mais recursos para a área da saúde.

Sou da categoria, pois sou enfermeira, e defendo o Sistema Único de Saúde, mas o estado também tem que fazer a sua parte. O estado também está sendo omisso, o secretário da Saúde também está sendo omisso, e v.exa. há de concordar comigo.

Falo isso porque podemos fazer alguma coisa. Por exemplo, v.exa. fala dos palacetes do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, muito dinheiro, mas temos aí 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, deputado Edison Andrino, e v.exa. há de concordar comigo que não funcionam.

É também é um recurso que o estado está dando para essas regionais, um verdadeiro cabide de empregos, e vários vereadores, prefeitos, vêm para a capital para resolver o problema, porque a regional não resolve.

Então, o estado também pode dar a contrapartida, diminuindo significativamente o número de secretarias de Desenvolvimento Regional, para não mais haver essa ambulancioterapia, através da qual as pessoas saem do interior e vêm para a capital.

Era isso que eu imaginava. Deveriam descentralizar os serviços de saúde, com a educação mais próxima das pessoas, mas descentralizaram cargos.

Então, quando v.exa. faz esse requerimento, que vou votar com v.exa., pois quero que venha mais verba para a saúde, mas o estado de Santa Catarina está sendo omisso nessa situação também.

Um hospital aqui de Florianópolis, o Joana de Gusmão, referência no atendimento, com bons profissionais para atender à criança e ao adolescente, referência no estado de Santa Catarina, tem goteira. É um absurdo isso!

Obras estão demorando; são anos para terminar esse hospital. E isso não é deste governo nem do outro governo, é de governo em governo que não se resolve o problema. Então, repassa recurso para alguma coisa e não repassa para outras que são prioridades.

Por isso, quero que v.exa. também faça coro comigo, porque as regionais têm que terminar. É um absurdo o que acontece no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eu gostaria de aproveitar a fala do eminente deputado Edison Andrino para registrar que corroboro com todas as suas colocações, mas discordo veementemente da nossa colega deputada Ana Paula Lima, porque o problema não está nas secretarias regionais, elas não representam financeiramente tanto dinheiro que pudesse resolver o problema dos hospitais do Brasil.

Entendo que essa discussão é uma discussão muito mais ampla, que não passa

meramente pelo fechamento, pela extinção desse ou daquele órgão, mas sim é uma discussão ampla, município, estado e união, para que busquemos efetivamente a remuneração devida aos profissionais e aos prestadores de serviço na área da saúde.

Era essa a contribuição que queria inserir no seu discurso.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nessa questão da ambulancioterapia, deputada Ana Paula Lima, eu soube que em Porto Alegre, onde o governo é do PT e não têm as secretarias regionais, é uma loucura o número de ambulâncias que chegam à capital, provavelmente porque os hospitais comunitários e filantrópicos também não atendem, porque o SUS não paga o valor correspondente.

É bem verdade que o problema da saúde não é somente do governo federal - o grande responsável é ele -, mas também dos governos municipais e dos profissionais da saúde. E esse é um assunto que merece uma discussão mais profunda para tentarmos resolver essa questão, porque quem paga o pato são os pobres que precisam da saúde pública.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, saúdo todos os deputados e deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital.

Quero falar hoje aqui sobre dois assuntos, deputado Valmir Comin. E não poderia deixar de registrar o evento histórico, realizado no palácio do governador, na segunda-feira, deputado Ismael dos Santos, quando da vinda da BMW para o município de Araquari, região de Joinville, portanto, norte do estado de Santa Catarina.

A área construída da BMW, para termos uma ideia, deputado Silvio Dreveck, é de aproximadamente 500 mil metros quadrados, com pista para teste dos carros que estão sendo definidos, dos modelos que estão sendo construídos em Araquari, os quais irão atender a toda América Latina.

Essa fábrica é sem dúvida a maior conquista econômica da história do estado e terá, em seu primeiro ano, um faturamento de R$ 2 bilhões. A vinda da BMW para Araquari, região de Joinville, da GM, significa um certificado de qualidade total em todos os aspectos tecnológico e social, porque essas montadoras fazem um estudo profundo, durante anos, das condições, dos índices de cada cidade, cada região, elas não se instalam em qualquer lugar. Portanto, desejamos que o norte de Santa Catarina, sr. presidente, que Joinville, que o estado, tenham um crescimento igual ao da China, mas com a qualidade da Alemanha.

Temos a possibilidade, não sei se já foi noticiado, de outra grande montadora, que está fazendo estudos, se alojar no norte do estado. É claro que temos algumas características que atraem essas montadoras: somos um polo metalmecânico, uma região voltada para o trabalho, o maior polo portuário do mundo, deputado Valmir Comin, com cinco portos e com a perspectiva de mais dois, na região norte de Santa Catarina, e também temos tecnologia de ponta. Enfim, o norte do estado tem conseguido atrair empresas, deputado Reno Caramori, do mundo inteiro. E a vinda da BMW, sem dúvida alguma, é uma conquista sem precedentes no estado de Santa Catarina. Aí temos que parabenizar o povo do norte, os prefeitos da nossa região, o prefeito de Araquari, o prefeito de Joinville, mas sobretudo o governador João Raimundo Colombo que com a sua equipe de técnicos vem trabalhando a vinda dessas empresas como a GM, a BMW, há muito tempo.

Assim, neste momento estamos colhendo os frutos desse trabalho, deputado Ismael dos Santos, organizado, pragmático, visionário do nosso governo e da nossa equipe. E as máquinas já começaram a roncar às margens da BR-101, na preparação do terreno para a instalação da BMW.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Se v.exa. me permite, gostaria de enaltecer a sua fala com relação à instalação da BMW, e deixar registrado nos anais desta Casa exatamente o trabalho profícuo que o governo de Santa Catarina tem feito no quesito de atração de grandes empreendimentos para Santa Catarina.

Você que está nos assistindo neste momento saiba que essas coisas não acontecem por acaso, assim dizendo: "Ah, um dia lá na Alemanha alguém acordou e disse: vamos instalar uma fábrica da BMW lá em Santa Catarina." Não acontece dessa maneira, pois é fruto de muitos anos de trabalho, de muita luta e, acima de tudo, de termos bons vendedores no estado de Santa Catarina, fora do quadrante do nosso estado e do nosso país.

Então, quero aqui me solidarizar ao seu discurso, também enaltecer e cumprimentar o governo de Santa Catarina, na figura do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, e dizer que com certeza estamos no caminho certo.

Quanto à vinda da BMW, é uma das grifes que veio se somar a este estado maravilhoso que é Santa Catarina. A BMW em nível de mundo é uma grife, e Santa Catarina também em nível de Brasil é uma grife.

Então, quero dizer a todos que estão nos ouvindo que o empenho e o trabalho do governo nesses últimos dois anos foram incansáveis para que isso efetivamente se concretizasse.

Obrigado, sr. deputado!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Darci de Matos, quero me solidarizar com a região de Joinville, com o norte do estado, só que não posso deixar de fazer aqui o registro quando da criação da Marcegaglia do Brasil, uma grande empresa que também está instalada na região de Joinville.

A Marcegaglia é uma empresa italiana, e quando Espiridião Amin era governador, estivemos lá na Itália avalizando a vinda da Marcegaglia, mas desde então estamos vendo que é só essa região que está recebendo esses grandes benefícios.

Todos os governos devem se preocupar com isso, pois precisamos interiorizar também um pouco daquilo que é possível. Sabemos das condições de aeroportos, portos, rodovias, em relação à preferência das empresas criarem as suas plantas na região do norte do estado, mas se pensarmos um pouquinho, veremos que é importante que possamos interiorizar Caçador, Porto União, Canoinhas, Xanxerê. Quanto a Chapecó, não vou colocar no rol, porque lá tem vida própria e é um município procurado também para receber plantas principalmente do agronegócio e congêneres.

Por isso, acho que é importante que os governos repensem também em proporcionar condições para que possamos levar algumas indústrias para o interior do nosso estado, para que lá permaneça a mão de obra, pois não adianta o pessoal sair do interior e vir para a Ilha, para o litoral. E isso acontece por quê? Porque tem oferta de trabalho.

Então, se interiorizarmos um pouco, também poderemos oferecer vagas de trabalho lá no interior do nosso estado, que é o que precisamos para segurar aquele pessoal no interior, para que não venha todo mundo para o litoral.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Desejo também fazer menção à participação do Parlamento catarinense nesse processo da vinda da BMW para Santa Catarina. Aprovamos o projeto que criou condições de benefícios exigidos pela empresa para que ela pudesse decidir a sua instalação no território catarinense.

Sr. presidente, também desejo fazer menção a respeito de um assunto levantado pelo deputado Antônio Aguiar, na semana passada e no dia de hoje, que diz respeito à malha ferroviária do Brasil e de Santa Catarina.

Sabemos que nos últimos anos inexplicavelmente a malha ferroviária do Brasil, nas últimas décadas, diminuiu. Temos uma extensão de malha ferroviária. Somos um país continental. Os Estados Unidos têm 14 vezes uma malha ferroviária mais extensa do que o Brasil. Portanto, os investimentos na malha ferroviária do Brasil praticamente inexistiram nos últimos anos, e o transporte ferroviário é de fundamental importância.

O deputado Antônio Aguiar e o deputado Sílvio Dreveck são do planalto, e às vezes atuo no planalto. Então, temos uma pequena divergência, deputado Ismael dos Santos, com os parlamentares de Blumenau, de Itajaí, o que é perfeitamente salutar, porque é na divergência que crescemos.

Defendemos a tese (parece que o deputado Antônio Aguiar está propondo a realização de uma audiência pública) de uma mobilização, quem sabe do norte de Santa Catarina, do planalto, quem sabe com deputados do Paraná, para que possamos fazer a rodovia do frango saindo de Chapecó, Caçador, Joaçaba, Porto União, Mafra, Joinville e São Francisco do Sul. Por que isso? Por um motivo muito simples, o custo de um quilômetro de ferrovia é três vezes menor do que o custo de uma rodovia.

Portanto, com esse traçado que acabei de colocar vamos, deputado Sílvio Dreveck, ter a necessidade de construir somente 262 quilômetros, ou seja, de Chapecó a Porto União. Mas se fizermos o traçado por Blumenau, são 533 quilômetros.

Estaremos economizando R$ 700 milhões. Vamos ser sinceros, não temos esses recursos para fazer esse traçado. Essa obra vai demorar décadas, se acontecer.

Portanto, poderemos economizar recursos encurtando o traçado e desenvolvendo uma região como já foi dito pelo deputado Reno Caramori, de carente, de IDHs baixos, que precisa desse impulso, dessa ferrovia. E digo mais, a minha assessoria me passou a informação de que o DNIT examina a possibilidade da expansão da ferroeste, que sai do Paraná em direção a Maracaju, Mato Grosso do Sul, passando por Cascavel, Iguaíra, Curitiba, Paranaguá e entra com um braço até Chapecó. Se isso acontecer, vamos esquecer, porque não teremos a ferrovia do frango nem pelo litoral nem pelo vale e muito menos por Mafra, porque

essa produção toda vai ser escoada pelo porto de Paranaguá.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Meu caro líder, raramente discordo de v.exa., mas hoje preciso discordar. Na verdade, concordo que os dois traçados são possíveis e necessários para Santa Catarina, para o desenvolvimento principalmente da região do planalto norte. Mas não podemos abrir mão da ferrovia do frango - Chapecó, Blumenau, Rio do Sul -, até porque são outras as bitolas. A velocidade do trem é outra. Então esse é o de menor importância. E o governador já anunciou a parceria com o batalhão de ferrovia de Lages, com a presidente Dilma Rousseff. E acho que está bem garantido esse traçado também pelo litoral, Chapecó. Mas advogo com v.exa. a necessidade também do traçado pelo planalto norte, para valorizar aquela região.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado!

Agora, a perspectiva excepcional é a implantação da ferrovia litorânea. Numa extensão de 500km, essa ferrovia sem dúvida alguma deverá sair do papel rapidamente e vai desenvolver significativamente o litoral e o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados assistentes que acompanham esta sessão, quero aproveitar, porque está acontecendo, inclusive nesta semana, um encontro da Undime - União Nacional dos Dirigentes da Educação -, em Florianópolis, para me referir a uma regulamentação que saiu no último dia 4 de abril, Lei n. 12.796/2013, que alterou a Lei n. 9.394/1996, de diretrizes e bases da educação nacional, e regulamentou uma emenda constitucional.

(Passa a ler.)

"Até 2016 todas as crianças deverão ser matriculadas na educação básica aos quatro anos de idade. Para atender a essa obrigatoriedade de pais e responsáveis, as redes municipais e estaduais deverão se adequar, dentro do mesmo prazo, para acolher alunos de quatro a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica.

Essas mudanças são contempladas pela Lei 12.796, publicada no Diário Oficial da União da última sexta-feira. Essa lei ajusta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional à emenda constitucional 59, de 11 de novembro de 2009, que tornou obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatros anos.

A nova lei também estabelece que a educação infantil, que contemplará crianças de quatro e cinco anos na pré-escola, será organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por no mínimo 200 dias letivos. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral. Isso já valia para o ensino fundamental e o ensino médio.

As alterações nos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também englobam educação especial. De acordo com a Lei 12.796, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O texto da lei também garante que 'o poder público adotará como alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública'.

Houve também a inclusão no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de consideração com a diversidade étnico-racial entre as bases do ensino.

Para que todas as crianças estejam matriculadas e devidamente inseridas nesta nova lei é preciso de mais escolas e creches. O governo federal criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), por considerar que a construção de creches e escolas de educação infantil, bem como a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional, são indispensáveis à melhoria da qualidade da educação.

As escolas construídas ou reformadas no âmbito do programa deverão priorizar a acessibilidade, fazendo as adequações necessárias a fim de permitir seu uso por portadores de necessidades especiais, criando e sinalizando rotas acessíveis, ligando os ambientes de uso pedagógico, administrativo, recreativo, esportivo e de alimentação (salas de aula, fraldários, bibliotecas, salas de leitura, salas de informática, sanitários, recreio coberto, refeitório, secretaria, etc.)

A partir de 2011, o ProInfância passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, com a previsão de construção de mais de seis mil unidades escolares para a educação infantil (creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos) em todo o Brasil.

Até outubro de 2012, foram selecionadas 3.019 unidades, beneficiando 1.600 municípios das 27 unidades da federação, o que representa investimentos da ordem de R$ 3,4 bilhões. Até o momento existem 1.195 unidades concluídas ou em fase de conclusão. Para o exercício 2013, está previsto investimento em mais 1,5 mil creches/escolas de educação infantil.

Aqui, em Santa Catarina entre os anos de 2007 e 2010, 157 Centros de Educação Infantil já foram construídos e entregues. E entre 2011 e 2014 estão previstos 107 centros de educação. E destes, 103 estão aprovados.

O investimento do governo federal, em Santa Catarina, para construção das unidades educacionais é de 105 milhões e 750 mil."

No último sábado, tive a oportunidade de participar, em São Domingos, da inauguração de uma dessas creches, deputada Ana Paula Lima, financiadas pelo governo federal, através desses recursos a que me referi e que o governo municipal de São Domingos colocou, entregou, à comunidade, através dessa parceria, e que diversos municípios, como eu disse, aqui, acessaram ou poderão acessar, demonstrando o interesse que se tem para atendimento nessa área.

Essa lei veio, agora, trazer novos parâmetros e regulamentar a Emenda Constitucional n. 0059, uma lei importante. Se queremos de fato transformar este país, temos que pensar na educação como um todo. E por isso ganha importância mais ainda essa discussão que tem sido travada em nível nacional e defendida pela presidente Dilma Rousseff, embora voz solitária quando se refere a governadores, que é aplicação de recursos do pré-sal, dos royalties do pré-sal, na educação.

Se queremos de fato um Brasil transformador, que pense no presente e no futuro, um legado que se deixe para a sociedade, é investir firmemente em educação. E nada melhor do que destinar os recursos oriundos do pré-sal para fortalecermos a educação brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Gostaria de fazer o registro da presença dos acadêmicos da sétima fase do curso de administração do Centro Universitário Barriga-Verde, Unibave, de Orleans.

Boas-vindas a todos os acadêmicos!

Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, o assunto é o do momento, ouvimos há poucos momentos a manifestação do deputado Edison Andrino, ao qual me solidarizei com sua manifestação no que diz respeito à saúde. E se voltarmos um pouco atrás, deputado Edison Andrino, v.exa. que foi prefeito e deputado federal, a partir de 88 a nossa própria Constituição estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do estado. No entanto, essa abrangência nos levou a algumas dificuldades no que diz respeito a dar um atendimento de 100% a toda população brasileira.

Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, defendo a tese que, enquanto você não tem dinheiro para todos, oportunize àqueles que tem menos, ou seja, nenhum país no planeta tem uma legislação igual à nossa, que dá esse direito a todos.

É muito bonito, do ponto de vista socialmente igualitário a todos, mas vamos ser sinceros, tem um percentual da população que tem recursos, poder aquisitivo e que poderia estar utilizando o seu plano de saúde privado, que poderia estar utilizando os seus recursos próprios, mas, na medida em que, a lei permite se utiliza do sistema público.

Digo isso, porque fui secretário da Saúde e passei por isso. E não se tem como negar. Esse é um ponto. Uso um exemplo de quando na minha cidade fui prefeito e construímos 13 creches, em oito anos, e mesmo assim não atendia à demanda. E qual foi o critério? Primeiro aquele que ganha um, dois, três, quatro, cinco salários mínimos, até poder atender todos.

O Sistema Único da Saúde é um sistema do ponto de vista de atendimento socialista, bom, mas ao mesmo tempo o gerenciamento financeiro, ou seja, o que diz respeito ao que se estabelece de critérios para pagamentos não é o mais justo. Paga bem os exames de alta complexidade, as cirurgias de alta complexidade, como é o caso das cirurgias cardíacas e outras, mas o que precisamos no dia a dia, que é o que a população mais usa, a consulta, o medicamento, o exame de baixa e média complexidade, o internamento, as cirurgias, lamentavelmente, e aqui não estou fazendo crítica a este ou aquele, a verdade é que desde 96 os valores não foram reajustados, e v.exa. colocou isso com muita propriedade.

Ora, não tem município que vá sustentar, por mais que se esforce, os hospitais, como os estados também não vão, porque se fosse apenas o estado de Santa

Catarina, poderíamos dizer de que o estado de fato deixa de cumprir com o seu compromisso na saúde. Isso não quer dizer que está fazendo tudo que deve. Pode melhorar, pode. Pode reduzir custos, despesas em determinados serviços e órgãos, pode, como v.exa. aqui colocou com muita propriedade. Mas não dá para esquecer que o problema no Brasil é muito sério, e que se o governo federal não reajustar as tabelas, o pagamento dos serviços médicos, o pagamento dos serviços de consultas, o pagamento de exames, internações, cirurgias, enfim, os nossos hospitais não vão sobreviver, deputado Edison Andrino.

Por isso, esse movimento que estão fazendo no Brasil e aqui em Santa Catarina, conduzido pela Frente Parlamentar da Saúde, por vários deputados, inclusive da nossa bancada, deputado José Milton Scheffer, é uma questão de prioridade.

Se queremos dar prioridade para a saúde, à população brasileira, é o que o nosso colega deputado Edison Andrino pronunciou no dia de hoje, e faço das suas palavras as minhas palavras, no que diz respeito ao financiamento público da saúde. E em especial o governo federal terá que priorizar o ajustamento das tabelas para que os hospitais possam ter a condição, deputado Antônio Aguiar, não de ganhar dinheiro, mas de acabar com o déficit financeiro, porque em todos os hospitais há déficit financeiro, seja hospital filantrópico, comunitário, privado e assim por diante. E é exatamente nessa linha no discurso e na fala do deputado Edison Andrino que nós devemo-nos apoiar e cobrar do governo federal esse ajustamento das tabelas para poder fazer frente a esse problema que é gravíssimo e que cada dia vem mais assolando o nosso país, o nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente.

Por coincidência, no uso da tribuna no dia de hoje, vou tratar da Defensoria Pública aqui no estado de Santa Catarina. E já aproveito para cumprimentar os colegas de profissão que estão hoje aqui na Assembleia Legislativa, do Curso de Administração. Aliás, sejam todos muito bem-vindos.

Trago esse tema em função da posse que tivemos de 45 Defensores Públicos aqui no estado de Santa Catarina. A nossa Defensoria foi criada depois de uma longa trajetória, de uma longa discussão com o governo do estado, que em todas às vezes insistiu em manter uma postura flagrantemente anticonstitucional. Tão anticonstitucional que assim o disse o Supremo Tribunal Federal, com palavras muito duras.

O governo do estado ouviu não só os que ficam à frente do governo, mas os que nas últimas décadas têm sido mentor inclusive dessa discussão de que a Defensoria Dativa era menos ou mais onerosa, menos ou mais eficaz.

Ora, não estamos tratando sobre um aspecto que não seja a da constitucionalidade. A constitucionalidade que se prevê para essa função de Defensoria Pública é nesse formato que o Brasil inteiro adotou. E só Santa Catarina que não, andando na contramão. O joãozinho do passo certo. Era o único estado que entendia que podia passar para uma entidade privada, e é bom lembrar que a OAB é de direito privado, essa função. É claro que os defensores dativos, e conheço muito deles, muitos deles têm um papel histórico, inclusive muito relevante, porque o estado de Santa Catarina se omitiu.

O direito ao acesso ao Judiciário é direito instrumental a todos os outros. Se não temos o acesso garantido como assim diz a Constituição de poder no Judiciário reivindicar o que é legítimo, o que é consagrado na legislação do país, não temos condições de não ter nenhum outro direito. Portanto, o direito à Defensoria Pública e daí decorre o direito ao acesso ao Judiciário é daqueles direitos inscritos nos direitos que dão porta aberta para todos os outros direitos.

O movimento de mulheres é especial, e muitas vezes estivemos juntas, assim como a deputada Ana Paula Lima que integra a luta das mulheres, a bancada feminina toda desta Casa, discutindo em torno da necessidade da Defensoria Pública, no sentido de que atenda à sua vocação, para que de fato possa permitir o acesso ao Poder Judiciário.

Eu me lembro de que na Lei Maria da Penha, uma lei fundamental de combate à violência às mulheres, são sete artigos que pressupõem a existência de uma Defensoria Pública, e já tem em alguns estados, deputada Ana Paula Lima, que será a nossa próxima demanda com o governador. Algumas Defensorias Públicas especializadas no combate à violência contra as mulheres é uma demanda que também temos que levar adiante.

Ocorre que só demos posse a 45 Defensores Públicos dos 60 aprovados em concurso, e tenho a convicção de que os que lutam para que tenhamos efetivamente uma Defensoria Pública em Santa Catarina, a nossa próxima demanda é termos no mínimo a convocação de todos os 60 aprovados em concurso público. Nós precisamos de uma Defensoria Pública de fato não de uma Defensoria Pública que faça de conta que existe para cumprir uma determinação do Supremo Tribunal Federal.

É só vermos a destinação orçamentária que aprovamos nesta Casa, sob o jugo do peso do governo do estado, a diferença que vai a orçamento para a Defensoria Pública efetivamente como determina a Constituição, e o Supremo Tribunal de Justiça mandou cumprir, e a Defensoria Pública Dativa.

Temos que saudar o trabalho já feito, mas superando esse formato que não é um formato que a Constituição permite, é bom lembrar sempre disso. Nós todos nesta Casa mais do que qualquer outro parâmetro estamos submetidos ao império da lei. Portanto, não podemos ter de versar sobre esse assunto a respeito de invocar a tradição, invocar a eficácia ou qualquer outro parâmetro que não seja a constitucionalidade.

Nós temos que comemorar obviamente os 45 Defensores Públicos que tomaram posse. Nós, deputada Ana Paula Lima e deputada Luciane Carminatti, que preside a nossa bancada feminina, acho que seria muito importante que visitássemos junto com o movimento de mulheres a Defensoria Pública em Santa Catarina, para de fato dar a tônica do que pensam as mulheres que foram protagonistas nessa grande conquista do povo catarinense, que foi a Defensoria Pública, assim como a Uniesc, particularmente o curso de Direito, e também do Sinjusc, que foram importantes impulsionadores dessa vitória.

Que bom que 45 Defensores Públicos tomaram posse! Mas precisamos no mínimo e imediatamente da convocação dos 60 que passaram no concurso, e segundo a Associação Nacional dos Defensores Públicos, nós precisamos de 509 Defensores Públicos em Santa Catarina para dar conta da tarefa constitucional...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Antes de adentrar à Ordem do Dia, esta Presidência quer repetir o registro e agradecer a presença dos alunos da sétima fase do curso de Administração da nossa Unibave, de Orleans, universidade pela qual temos muito carinho. Também cumprimento o mais novo acadêmico que acaba de se integrar à turma, deputado José Nei Ascari, o que demonstra que como bom parlamentar atento às causas da nossa região do grande sul catarinense está também ligado e atento às questões que envolvem a nossa Unibave. Sejam bem-vindos e sintam-se à vontade na nossa Casa.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Só quero fazer o registro da presença do nosso querido amigo da cidade de Penha, prefeito Evandro Eredes, que nos está prestigiando hoje. E em nome da Assembleia Legislativa quero fazer uma saudação.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Prefeito Evandro Eredes, se é amigo do deputado Dado Cherem, é amigo da Casa inteira. Seja bem-vindo à sede do Parlamento catarinense, e o deputado Serafim Venzon lembra que é amigo dele também, mas capitaneado pelo deputado Dado Cherem.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0129/2012, de autoria do deputado Altair Guidi, que dispõe sobre a pesquisa e a utilização de plantas nativas da flora catarinense.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0192/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0193/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0194/2013, 0195/2013 e 0197/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0196/2013 e 0198/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, e 0199/2013, de autoria do deputado Edison Andrino.

Esta presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0276/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, 0277/2013, 0278/2013, 0279/2013, 0280/2013, 0281/2013, 0282/2013 e 0283/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0284/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0285/2013, 0291/2013, 0292/2013 e 0293/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0286/2013, 0287/2013, 0288/2013, 080/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0290/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0294/2013 e 0295/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento n. 0275/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina a cópia do relatório do pedido de auditoria formalizado sob o n. 12/00107397, através do Requerimento n. 0069/2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0020/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, de procedência do Ministério Público, manifestando à Câmara dos Deputados oposição à tramitação e aprovação da PEC n. 37.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com os votos contrários dos deputados Kennedy Nunes e Maurício Eskudlark.

Pedido de Informação n. 0035/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, solicitando ao secretário da Segurança Pública e ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina informações sobre a destinação de equipamentos e veículos para as corporações de Bombeiro Militar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0036/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, solicitando ao secretário de estado da Agricultura e da Pesca informações sobre valores e critérios adotados para distribuição de equipamentos e recursos financeiros repassados aos municípios da região norte/nordeste abrangidos pela secretaria de estado de Desenvolvimento Regional de Joinville, nos anos de 2012 e 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino,

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença, nesta Casa, do Sidnei Pavesi, do diretório do PCdoB de Brusque. Ele é um ativo participante naquele município da promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Então, eu queria, em nome da Casa, que v.exa. fizesse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Esta Presidência agradece a presença desse cidadão. Aliás, hoje a audiência pública promovida pelo deputado José Nei Ascari, pela comissão, reuniu, deputada Angela Albino, diversos portadores de necessidades especiais, o que demonstra a responsabilidade com que esta Casa está abordando esse assunto. E ele veio exatamente para participar daquele importante momento que vivemos na manhã de hoje.

Seja, portanto, muito bem-vindo a esta Casa.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sr. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero detalhar vários temas e vou começar pela área da saúde. Mas quero falar sobre os problemas existentes em todos os hospitais de Santa Catarina e concordo com o encaminhamento dado aqui pelo presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni, que se encontra hoje em Brasília para participar do movimento Saúde +10, que realiza seu primeiro ato em defesa da saúde pública.

Sou enfermeira, funcionária da área da saúde e tenho certeza de que a defesa da saúde pública e do SUS é um tema que diz respeito a todos nós. E ontem mesmo em Brasília já havia manifestações dos profissionais da área da enfermagem que estão lutando desde 2000 pela aprovação de um projeto de lei que tramita também na câmara dos deputados, que é o projeto da regularização de 30 horas semanais para os profissionais da área da saúde da enfermagem.

Neste Parlamento já votamos essa matéria para os profissionais que são funcionários públicos estaduais; o meu município de Blumenau também regulamentou as 30 horas para os profissionais de enfermagem e agora estamos nessa luta em nível nacional. E ontem aconteceu mais um ato em Brasília para que a Câmera dos Deputados vote de uma vez por todas esse projeto.

(Passa a ler.)

"A iniciativa, que tem como objetivo reafirmar a necessidade de fortalecer o SUS público, universal e integral. Durante a realização do ato será também anunciada a primeira contagem oficial de assinaturas alcançadas até o momento pelo projeto de emenda popular que assegura 10% do PIB para o orçamento da união na saúde.

Criado há um ano, o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública tem como objetivo coletar 1 milhão e quinhentas mil assinaturas em prol de um projeto de lei de iniciativa popular que assegure o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da união para a saúde pública brasileira, alterando, dessa forma, a Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012.

O deputado estadual do PT e presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni, representa a bancada em Brasília. Nosso mandato também está nessa luta e acreditamos na necessidade de mais recursos para a saúde pública brasileira. Mais recursos, com mais controle social e menos desperdício. Os recursos na saúde precisam ser mais bem investidos, precisamos de planejamento e acima de tudo compromisso dos governos com a saúde e com o Sistema Único de Saúde. É o que não vemos em Santa Catarina.

O que vemos em Santa Catarina é um governo que não tem compromisso com o SUS, que tem projeto de privatização e que para privatizar sucateia hospitais, deixa de contratar servidores, fecha serviços e abandona a população à própria sorte."

É isso que tem acontecido em nível de governo do estado de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"É o que observamos nos hospitais públicos: caos no hospital Celso Ramos, o Hospital Florianópolis ficou fechado há três anos e o Hospital Infantil Joana de Gusmão fechando as portas e deixando a nossa infância desamparada.

Acompanhei a denúncia do sindicato dos médicos aos organismos de direitos humanos internacionais sobre o abandono da saúde pública catarinense.

Estamos acompanhando as ações do Ministério Público Estadual que determinam em 30 dias os prazos para o governo do estado a resolver os principais problemas do Hospital Joana de Gusmão obrigando o estado de Santa Catarina a contratar funcionários, reabrir as salas de cirurgia, que foram inauguradas com muita festa, mas que não estão abertas para o atendimento à comunidade, e concluir as obras no setor da oncologia e reabrir leitos.

Nós queremos apenas que o governador Raimundo Colombo cumpra o que prometeu na campanha, quando dizia que a Saúde era a sua primeira, segunda e terceira prioridade.

É lógico que precisamos de mais recursos para a saúde pública, mas também precisamos verificar a gestão da saúde pública do estado. É lamentável a gestão desses recursos, mas é óbvio que em muitos casos, assistimos aos desmandos, à incompetência, o mau uso dos recursos públicos, os maus feitos e a mais absoluta ausência de compromisso com a saúde pública catarinense.

Por isso o movimento nacional, que fazemos parte, o Saúde+10, é um movimento em defesa da saúde pública brasileira.

É por isso que estamos pedindo, sim, para o governo federal mais recursos para a Saúde, mas vamos exigir do governo do estado de Santa Catarina: gestão, qualidade no atendimento e recursos destinados.

Ao contrário, inclusive, daqueles que governam Santa Catarina, que têm em seus programas de governo a privatização, a terceirização e entrega do patrimônio público às organizações privadas sociais. Nós somos contrários a esse tipo de programa, queremos, sim, a gestão pública dos nossos hospitais."

Por isso que atentamente ouvi o discurso do deputado Edison Andrino sobre a questão de precisar mais recursos do governo federal, e eu concordo, mas queremos que o governo federal nos ajude também, até porque o vice-presidente da República é do PMDB, ele tem que fazer coro conosco para cobrar determinadas ações aqui estado de Santa Catarina.

Por isso venho registrar, repetidamente, assim como vários outros parlamentares, que essas 36 secretarias de Desenvolvimento Regional não funcionam, apenas servem como cabide de emprego em muitos locais. Pode até ser que algumas delas desempenhem o seu papel, mas a maioria não funciona, do contrário, srs. deputados, não havia parlamentares fazendo indicação e requerimento para secretário de estado que vive na capital, fariam para os secretário de Desenvolvimento Regional; e os prefeitos, os vice-prefeitos e vereadores não sairiam do interior do nosso estado para pedir audiências com os secretários de estado, resolveriam os problemas nas regionais e em todo o estado.

Então eu acho que antigamente havia parlamentares do partido do governador que vinham para esta tribuna dizer que as secre-

tarias de Desenvolvimento Regionais eram palacetes, e hoje eles compõem este governo e não fecham essas regionais, que dão um gasto extraordinário quando, na verdade, esses recursos poderiam ser alocados na Segurança Pública, na Saúde e na Educação.

Por isso que vou insistir. Nós temos, sim, que cobrar ações do governo federal. Mas o governo do estado tem que fazer o seu dever de casa e rever esses conceitos sobre as secretarias de Desenvolvimento Regional. Esses recursos podem ser alocados em outros setores que tanto necessitam.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Quero deixar aqui um convite também. Amanhã haverá, em Florianópolis, uma oficina redefinindo a paz, Mulheres pela Paz, conduzida por Clara Charf, que foi companheira de Carlos Marighella. Ela fará essa oficina na capital para as lideranças femininas, contra o tráfico de mulheres e a violência sexual de mulheres. Precisamos estar atentas a esses problemas que vêm acontecendo em nível nacional, mas principalmente temos que estar atentas em nível estadual.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de registrar a presença dos vereadores de Porto União: Alceu Jung, do DEM, e Osmar Alves Martins, do PMDB, que nos honram com a sua presença. Sintam-se bem em nossa Casa!

Quero que fique registrada nos anais da Casa a presença dos vereadores, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agradecemos também a presença dos vereadores nominados pelo deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, não quis pedir um aparte a deputada para não interromper a sua fala, mas é importante e oportuno lembrar aqui que o valor que o SUS paga para o estado de Santa Catarina e para os demais estados brasileiros é uma pouca vergonha, para não dizer outro termo.

Agora, eu quero ver, deputada, na hora em que os hospitais filantrópicos deste estado, que são os que mantêm realmente a nossa saúde, aportarem em Brasília, e eu estarei junto, como estarei em Florianópolis, o que vai acontecer! Alguns hospitais filantrópicos estão fechando, como fechou o de Fraiburgo. O governo do estado faz a sua parte, só que o SUS paga uma miséria, e isso é vergonhoso. O Brasil tem que saber quanto é que o SUS paga por uma cirurgia e por um internamento! Isso não é possível! Não há hospital que aguente isso! Por isso é importante que se esclareçam as coisas.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, a questão das secretarias de Desenvolvimento Regional é um assunto recorrente quase que diariamente nesta Casa.

Eu gostaria de dizer com propriedade de quem exerceu durante sete anos essa função que a concepção, em 2002, pelo então candidato Luiz Henrique da Silveira foi aproximar as demandas da comunidade. Evidentemente que talvez tenhamos que fazer alguns reparos, só que está categoricamente registrado em Santa Catarina que a política da descentralização funcionou. Nós reelegemos um governador e elegemos outro governador. Quer dizer, o grande problema do estado não está nas secretarias de Desenvolvimento Regional. Ele pode estar em outras atividades e em outros segmentos.

Agora, vejam que os cargos que estavam aqui em Florianópolis são os que estão lá nas regiões. Se aqueles cargos não estivessem nomeados lá nas secretarias regionais estariam nomeados aqui em Florianópolis. Eu até entendo que tem que haver uma correção de rota, mas que elas cumprem, cumpriram e cumprirão o seu papel, eu não tenho dúvida nenhuma disso.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não é o que acontece lá em Joinville, deputado Kennedy Nunes. É um problema e acho que tem que haver a correção, deputado Aldo Schneider. A ideia é descentralizar o serviço, deputado Kennedy Nunes, e v.exa. veio vários vezes a esta tribuna dizer que em Joinville não funciona.

Então, temos que estar atentos a essas situações. Eu acho que elas precisam resolver o problema do cidadão lá no interior, lá onde era para estarem, mas eles vêm resolver os problemas aqui na capital.

Mas quanto ao problema da saúde, deputado Reno Caramori - e não sei se v.exa. acompanhou o meu discurso -, quero dizer que o movimento Saúde+10, mais recursos para a saúde, é hoje. Nós estamos nesta luta e espero que v.exa. também esteja para garantir mais recursos. Mas quanto à gestão dos recursos, nós temos que estar atentos.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu somente quero relatar que realmente a nossa saúde está virando politicagem aqui. O Partido dos Trabalhadores vem aqui e malha a saúde, mas não coloca dinheiro na saúde. Vêm aqui e desenterram até defunto. Mas queremos que o Partido dos Trabalhadores coloque dinheiro na saúde, deputada Ana Paula, não fazer politicagem com a saúde. Vão por dinheiro? E o dinheiro depende de quem? Depende do governo federal!

O SR. PRESIDENTE (Presidente Kennedy Nunes) - Muito bem! Vamos pedir aos deputados, porque isso não é uma questão de ordem. Todos são da base aliada da presidente Dilma Rousseff, então, por favor, deputados vamos amenizar o debate.

Deputada Ana Paula Lima, se não for sobre o assunto, até porque isso v.exa. sabe que deveria ser discutido na tribuna. É uma questão de ordem, não sendo do assunto.

A Sra. Deputada Angela albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, vim fazer em questão de ordem que se o parlamentar quer fazer discurso tem que se inscrever e ir à tribuna. Portanto, eu não posso permitir que um parlamentar cujo partido é vice-presidente da República fale da Presidência da República. Se não quer debater na tribuna, fazer em questão de ordem é que não pode, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Por isso eu falei que todos são da bancada governista, do governo da presidente Dilma Rousseff, até o partido do deputado Maurício Eskudlark.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, um assunto que está em debate na nossa sociedade, deputado Antônio Aguiar, é a questão da PEC 37, no Congresso Nacional, a chamada como a PEC da Legalidade, ou seja, a PEC que faz com que se cumpra o que está previsto na Constituição e o que está previsto no nosso Código de Processo Penal.

Temos tido alguns debates. Inclusive, essa semana, o procurador geral dr. Lio Marcos Marin, por quem temos a maior admiração, o maior apreço, com o representante da Associação dos Delegados, dr. Diego, esteve nas emissoras de televisão. E hoje o assunto até foi levantado por uma indicação da deputada Luciane Carminatti.

A PEC 37, que trata sobre a investigação criminal, nada mais faz do que dizer que temos que cumprir o que está previsto na Constituição e no Código de Processo penal.

Então, tem se dito que a aprovação da PEC vai retirar o poder de investigação do Ministério Público, mas isso não é verdadeiro, porque o Ministério Público não tem poder de investigação. Poder de Investigação, segundo a Constituição Federal, é das Policias Judiciárias, Polícia Federal e da Polícia Civil. E a esse respeito até a Adepol do Brasil, a Associação dos Delegados do Brasil, fez um pequeno roteiro, um pequeno manual, que fiz questão de distribuir aos colegas deputados para que a sociedade tenha conhecimento.

Na verdade, o Ministério Público tentou por duas oportunidades incluir no texto legal e constitucional brasileiro a função de investigação. E não foi aprovado! Agora, como diz o grande jurista Ives Gandra da Silva Martins, neste país o que é óbvio precisa ser explicado, agora, em uma PEC estabelecendo e dizendo aquilo que já está dito de que a investigação é a atribuição da Polícia Judiciária.

Então, esse projeto está em tramitação no Congresso Nacional. É um projeto que não retira o poder de ninguém, não retira o poder de investigação do Ministério Público, porque não existe um poder de investigação prevista, já que o Ministério Público, pela nossa legislação, é o titular da ação penal, zela pelo cumprimento da lei e pode requisitar, pode acompanhar inquérito, fazer o controle externo da atividade policial, mas não pode fazer a investigação. Até porque a investigação conduzida pelas Polícias Civil e Federal cumpre o que a lei diz. A Polícia investiga fatos, não investiga pessoas. Investigar pessoas é dos regimes totalitários. Não faz uma investigação seletiva. Vamos investigar determinado fato, determinada pessoa, seja pela atividade, seja pela função.

Então, o que a lei e a PEC 37 querem reforçar? A Polícia investiga com isenção, como é feito, dentro do previsto na Constituição, dentro do previsto no Código de Processo Penal; o Ministério Público como titular da ação faz a denúncia, acompanha, acusa; o advogado faz a defesa; e o juiz julga.

Não é justo para a democracia, para os direitos e garantias individuais, que quem vai fazer a acusação também seja o titular da investigação. Aí a democracia, os direitos individuais, o nosso direito constitucional da ampla defesa fica prejudicado.

Então, a PEC 37 só procura colocar nos seus devidos lugares aquilo que a Constituição e a legislação já estabelece. A Constituição já estabelece que o Ministério Público é o fiscal da lei, como eu disse. A Constituição confere ao Ministério Público o poder de requisitar, a qualquer tempo, abertura de investigação; o Ministério Público pode receber investigação de outros órgãos, ou seja, CPI, sejam denúncias jornalísticas, se tiver dentro daquilo que recebeu o necessário para fazer a denúncia numa ação penal, vai fazer. Se não tem ainda os elementos necessários, vai fazer o encaminhamento à Polícia Judiciária, ou seja, à Polícia Civil, ou à Polícia Federal, que vai fazer a investigação e retornar esses autos ao Poder Judiciário, que dá vista ao Ministério Público e também vista à defesa.

Então, com a aprovação da PEC 37 não ficam prejudicadas nem um tipo de investigação, nem um tipo de instituição, não ficam prejudicadas CPI, nada fica prejudicado em termos de apuração de irregularidade, de infrações penais.

A Constituição atribui ao Ministério Público o controle externo da atividade policial, e é importante que haja esse controle externo, todas as instituições tem que ter o acompanhamento, seja da sociedade diretamente ou pelos órgãos responsáveis; a Constituição, de forma expressa, dispõe a competência das Polícias civis e federal na apuração das infrações penais, mas não retira poder de ninguém, como já disse.

Quem tem poder de investigação fica reafirmado com essa PEC 37, o que já está previsto na Constituição. A PEC não impede, como eu disse, a criação de nenhuma CPI, de nenhuma investigação, e tudo fica apurado. Se há uma infração penal, isso vai ser encaminhado à Polícia Civil ou à Polícia Federal para instruir através de inquérito, ou diretamente ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

A PEC não impede o trabalho integrado entre os órgãos de controle e fiscalização, o Ministério Público e as Polícias judiciárias, não prejudica em nada. A PEC não impede que o Ministério Público e o Poder Judiciário investiguem os seus próprios membros pela prática de qualquer infração; a PEC preserva a higidez do sistema de percepção criminal brasileiro, que se funda na separação de atribuições entre o órgão investigador, acusador, defensor e julgador.

Então, a PEC somente fortalece a democracia, e a PEC 37 efetivamente resguarda o nosso direito constitucional à ampla defesa.

Temos algumas investigações já realizadas pelo Ministério Público, e pela PEC ficam preservadas aquelas que devem estar dentro da legalidade, sem nenhuma dificuldade. Ninguém deixará de ser punido em razão da aprovação da PEC 37. Então, esse é o manifesto da Adepol.

Diga-se de passagem, o Ministério Público procurou fazer reuniões com os deputados federais em cada estado. Agora, procura sensibilizar a opinião pública, dizendo que estariam perdendo poderes, o que não é verdadeiro. A PEC simplesmente reafirma o que está na Constituição, ou seja, que investigação é atribuição da Polícia Civil e da Polícia Federal.

Temos, sim, que fortalecer essas instituições, dar mais condições, dar mais direitos e prerrogativas aos policiais e delegados, para que possam, no exercício da sua atividade, ter todas as garantias constitucionais.

Então, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos assiste, é importante que isso fique esclarecido: a PEC 37 reafirma o que a Constituição e o Código de Processo Civil dizem e a forma de apuração das infrações penais no nosso sistema pátrio.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício, faço minhas as suas palavras, pois concordo plenamente com o que v.exa. fala.

Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, do PSDB, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, hoje pela manhã esta Casa promoveu uma audiência pública para ouvir especialistas sobre deficiência física.

Ao presidente da comissão, o deputado José Nei Ascari, já tenho dito que essa é uma das principais desta Casa, por tratar do assunto tão importante de dar às pessoas com alguma deficiência oportunidades para buscarem os seus direitos e com isso terem uma qualidade de vida.

Seguramente, podemos afirmar que cada um de nós tem alguma dificuldade, mas que talvez sejam deficiências que estejam dentro de uma média e por isso não são percebidas. E lá pelos 14, 15 anos já aparece alguma deficiência que é percebida, como, por exemplo, a motora e a deficiência de raciocínio. Certas pessoas as possuem de tal maneira que são mais percebidas e por isso a levam ao constrangimento. Então, essa comissão quer a obrigação da sociedade e principalmente do governo de dar condições para que cada qual se sinta útil e possa aproveitar todos os seus direitos constitucionais.

O tema de hoje são justamente as escolas privadas que são, sem dúvida nenhuma, grandes colaboradoras do sistema público de educação do estado e, por isso, contribuem, e muito, com a educação de Santa Catarina. Mas precisamos destacar que cuidar das pessoas com alguma deficiência mais perceptível é de responsabilidade de toda a sociedade e também naturalmente das escolas.

A escola pública é a primeira, a mais importante como governo, mas as escolas particulares também são responsáveis, também precisam ter essa responsabilidade social, ao tempo em que resolvem, atendem àquela pessoa com alguma dificuldade, prestam, cumprem essa responsabilidade social e também aproveitam a situação para educar aqueles que estão em volta.

Ensinar, educar, formar pessoas não é apenas ensinar a ler, a escrever a entender Matemática, somar, multiplicar, conhecer Geografia, enfim, conhecer não só as coisas, mas também conhecer o mundo que está à nossa volta; seguramente essas pessoas são as mais importantes. E esse relacionamento entre as pessoas, juntamente com aquelas que têm alguma dificuldade, de forma mais carinhosa, mais bondosa, é muito importante.

Então, quando dizemos que a escola particular também precisa se responsabilizar pela educação, pelo respeito, pelo carinho especial com as pessoas que têm alguma deficiência, ela está, sim, cumprindo essas duas tarefas importantes que, além de dar a oportunidade para aquele que tem a deficiência, também usa a situação para mostrar a todos os que se acham normais a importância desse relacionamento com essas pessoas.

Então, nessa audiência pública de hoje o foco era exatamente a educação feita pelas entidades, pelas escolas privadas, e para dizer que é uma oportunidade para se fazer uma reflexão sobre qual é a responsabilidade do governo. Certamente todos nós com responsabilidade social temos um compromisso com aquele que está à nossa volta. E naturalmente com uma pessoa que tenha alguma deficiência essa responsabilidade é maior.

Mas às vezes pensamos assim: como está sendo feita essa questão dos direitos das pessoas com alguma deficiência? As pessoas que possuem alguma deficiência podem, por exemplo, comprar um carro com IPI reduzido? Se bem que agora a grande maioria dos carros já tem o IPI reduzido, mas aqueles que têm alguma deficiência podem adquiri-lo com redução maior ou com redução também do ICMS e ainda comprar um carro com as adaptações para que ele possa manobrá-lo, considerando a sua deficiência? Pergunta-se: o que esse deficiente precisa fazer? O que essa pessoa precisar fazer para conseguir usar esse direito? Está escrito que a pessoa tem o direito de cadeira de rodas, que tem o direito à perna mecânica, que tem direito às órteses justamente para atender a essas necessidades das pessoas. Mas a pessoa que tem deficiência como tem acesso a isso? "Ah, tem que buscar um atestado médico, apresentar à receita estadual, à receita federal, carimbar e, após isso, comprar um carro especial ou buscar aquele equipamento que precisa." Mas onde adquirir? Em qual regional de Santa Catarina, dentre as 36 que temos?

Eu já apresentei nesta Casa, que também é uma proposta nossa na comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, justamente para que o estado tenha uma forma para dar o primeiro atendimento, para facilitar o acesso dessas pessoas a esses direitos.

A pessoa que tem alguma deficiência, de certa maneira, já tem um constrangimento pela sua deficiência, já tem naturalmente essa dificuldade de buscar esse direito. Se ainda colocadas inúmeros outros impedimentos, aí mesmo é que a pessoa acaba ficando à margem. Cada um de nós todos os dias vê ao nosso redor pessoas com deficiência, que precisa de apoio do governo e não tem. Mas o governo quer que eles tenham acesso. Como fazer, então, para que essas pessoas encontrem o caminho para buscar seus direitos?

Por isso, essa audiência pública, onde estavam aqui representantes da sociedade, do governo, do conselho estadual de defesa dos direitos com deficiência, para tentarmos encontrar o caminho que possa conduzir essas pessoas à busca dos seus direitos.

Por isso aqui quero cumprimentar, mais uma vez, o deputado José Nei Ascari e todos aqueles que vieram participar dessa audiência. Quero dizer que essa comissão é muito importante, pois as pessoas que têm alguma deficiência precisam insistir e buscar seus direitos. E seguramente esta Casa está, através de seus representantes, à disposição para apoiá-las.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esse é um assunto muito interessante. Há tempos atrás fui procurado sobre esse assunto e tive uma reunião com a gerência do INSS que dá esse laudo e descobri, por exemplo, que existem pessoas que forjam algum tipo de deficiência para tentar conseguir esse desconto. Eu ouvi um caso inusitado, aqui em Santa Catarina, de um cidadão que alegou por um atestado médico que a impotência sexual dele era uma deficiência e ele queria o desconto na compra do carro. Impressionante, mas é um assunto sobre o qual as pessoas precisam saber quais são na verdade seus direitos e quem pode se beneficiar, porque não é qualquer tipo de deficiência.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã a hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Aborda os problemas enfrentados pelo serviço público; lamenta Santa Catarina não se ter sido escolhida para sede da Copa do Mundo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Critica o sistema prisional no estado e o salário do servidor da Segurança Pública.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Tece comentários acerca da Segurança Pública; refere-se ao roubo e desvio de cargas.

Partidos Políticos

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Registra a necessidade de manter viva a história de Florianópolis; lamenta o falecimento de Orlando Pessi.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aponta o recebimento de equipamentos pelos municípios atingidos pela estiagem; comenta a redução da tarifa de ligação de telefone fixo para celular.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Aborda a PEC n. 0037/2011.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Comenta o roubo e desvio de cargas.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à aposentadoria do trabalhador brasileiro.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se a ações do Ibama e da Funai; registra a passagem dos 80 anos de fundação da Igreja Assembleia de Deus de Guaramirim e o aniversário de 17 anos da *Rádio CBN Diário*; aborda o PL n. 0051/2012

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje subscrevi um requerimento para que os agentes prisionais, através da sua representação, pudessem estar aqui conosco. Comumente fazemos essas apresentações depois da Ordem do Dia, mas gostaria de pedir que pudéssemos antecipar e falar agora, já que parte da categoria já está neste plenário.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -Deputada, geralmente essas manifestações acontecem após as votações. Mas, havendo concordância dos srs. deputados, podemos fazer essa mudança.

(As lideranças aquiescem.)

O requerimento da deputada Angela Albino diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Com fulcro no ato da Presidência que regulamenta o art. 109 do Regimento Interno, a deputada que este subscreve vem perante v.exa. requerer a cessão da palavra na sessão plenária do dia 11 de abril, no horário de Explicação Pessoal, para o sr. Wolney Adilson da Rocha Chucre, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual de SC, para manifestar sobre reivindicações da categoria."

Vamos suspender a sessão a fim de que possamos ouvir o sr. Wolney Adilson da Rocha Chucre por um período de dez minutos.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, quero agradecer a presença dos agentes prisionais, alguns concursados, ainda não servidores do serviço público, mas já preocupados em prestar um serviço público de qualidade. E eu, efetivamente, acompanhei um dia de paralisação que esses servidores fizeram. E como é comum, inclusive quando nós nos deparamos com servidores comprometidos com serviço público, não estavam somente discutindo as suas condições de trabalho, mas as condições de trabalho do sistema prisional, hoje, em Santa Catarina.

Algumas pessoas que vieram conversar comigo naquele dia, inclusive, diziam que nem a roupa dos presos se tem mais. Nem as roupas dos presos é possível manter minimamente.

Esse estado de coisas, hoje simbolizada aqui nesta tribuna pelos agentes prisionais, temos visto se repetir no serviço público como um todo.

Acompanhei, como parlamentar, duas inspeções no Hospital Infantil e, como avó, acompanhei meu neto, durante nove dias internado também naquele hospital, e pude ver em que condições aqueles servidores públicos, colegas nossos, atuam naquela unidade de saúde, a dificuldade que vivem. Ontem participei de uma reunião e mencionei a situação de um bebê internado na UTI neonatal, com respirador, e ao lado havia uma goteira pingando num balde com uma água verde, podre. Também na questão dos professores identificamos situações semelhantes se repetindo. Cada um na sua realidade.

Esse tripé, segurança, saúde e educação são as três áreas em que a população sente de forma mais contundente a presença ou a ausência do estado. Quem precisa de política pública, precisa ter esses setores organizados, e política pública se faz com servidor e servidora pública. Não existe mágica para fazer. Não adianta multiplicarmos, por exemplo, como temos ouvido algumas defesas, o número de hospitais em Santa Catarina, se temos alas inteiras fechadas, como é o caso do Hospital Infantil Joana de Gusmão, onde salas de cirurgia estão fechadas por falta de pessoal. Temos dificuldades de manter, como foi relatado aqui pelos colegas agentes prisionais, os serviços regulares de segurança do estado de Santa Catarina por falta de pessoal; os professores, nenhuma ferramenta tecnológica os substitui. Nós realizamos políticas públicas com servidores públicos.

Portanto, o estado em que estão os servidores públicos, em particular dessas três áreas que são as mais fortes e de relevância para população como um todo, elas são os braços do governo. Quem está lá, na verdade, realiza a política pública que o governo, em tese, deve construir. Menciono isso, não como um problema de um governo, mas como uma questão que o estado de Santa Catarina historicamente tem tratado dessa maneira.

Quero me reportar ao meu amigo de movimento sindical, o Volnei, pois desde o começo da década de 90 militamos juntos no movimento sindical e tenho o convencimento, amigos, de que é preciso, aproveitando a presença do Sintesp aqui conosco hoje, que unifiquemos a luta dos servidores públicos estaduais de fato porque, na verdade, estamos falando dialetos locais, mas de uma mesma língua. Estamos falando de um mesmo problema desdobrado em cada uma das áreas, pois estamos a par da situação que vivem hoje alguns servidores públicos, e vemos também servidores públicos no estado de Santa Catarina muitíssimo bem remunerados, muitos dos quais acima do teto constitucional. Isso porque convivemos há décadas no estado catarinense com uma ausência de política para os servidores que fez com que algumas categorias que têm mais influência política, mais proximidade com o poder político, mais capacidade de barganha, conseguissem construir carreiras muito sólidas e vemos outras categorias que com muita luta, muita dificuldade - como foi a greve dos servidores da educação e da saúde e vocês que se tem mobilizado pela segurança, mais recentemente, conseguirem parcos ganhos, pequenos ganhos.

Portanto, o que falta para nós é discutir política pública para servidor público. De que forma nós pensamos o serviço público.

Vimos uma turma acostumada a uma outra lógica, uma lógica de estado mínimo que a Europa já tem mostrado que não serve, na verdade serve para a concentração de riquezas, serve para privilegiar interesses de pequenos grupos e não para o coletivo, não para uma nação, considerarem o serviço público um gasto desnecessário, que se pudessem davam uma canetada e terceirizavam tudo: manda passar adiante e vamos terceirizar que fica melhor!

Aliás, quero dizer aqui desta tribuna que vamos usar a fala do Volnei Chucre em nome dos servidores, para fazer um questionamento ao governador sobre a terceirização da merenda escolar, que vai na contramão do que o governo tem defendido publicamente.

O governador se comprometeu e considero isso um avanço. Considero, aliás, que o governador tem-se mostrado aberto ao diálogo e isso é um avanço em relação a outras posturas. Mas precisamos convencer este governo que a merenda escolar não pode ser terceirizada, não faz sentido caminharmos na contramão e terceirizarmos as refeições nos presídios, também. Isso ficará mais oneroso, mais caro para o estado de Santa Catarina. Portanto, vamos aproveitar essa fala aqui, Volnei, para tratarmos disso.

Peço licença aos trabalhadores que estão aqui, porque nos últimos três minutos gostaria de mencionar o nosso esforço nos últimos dois anos acerca da discussão em torno dos grandes eventos que o Brasil vai viver, particularmente na área do esporte, em 2014 com a Copa do Mundo e em 2016 com as Olimpíadas. E temos uma herança geracional no esporte aqui em Santa Catarina. Tenho acompanhado a bravura de alguns segmentos, algumas prefeituras, algumas entidades privadas, algumas federações que têm feito esforços para que possamos minimizar o fato de termos ficado de fora da Copa do Mundo.

E isso foi uma dificuldade de articulação nossa, sem dúvida nenhuma. Quem conhece um pouco do procedimento, de como foram escolhidas as sedes, sabe que faltou para Santa Catarina unidade em torno desse tema. Unidade e clareza política de que é um investimento que tem um retorno muito importante, que potencializa a arrecadação. O cálculo é que a cada um real que se investe, é possível o retorno de R$ 4. É importante a curto prazo para a arrecadação e a longo prazo para podermos deixar uma herança na área do esporte e trazemos outros investimentos para cá. Digo isso porque tenho conversado com o secretário Beto Martins que, aliás, se revelou um homem público da melhor qualidade, a respeito de reunirmos a Frente Parlamentar em Defesa de Santa Catarina na Copa do Mundo e na Olimpíada com o governo do estado para analisarmos as iniciativas que o estado de Santa Catarina tem feito isoladamente. E a partir daí o governo do estado, juntamente com esta Casa, capitanear, de fato, o que Santa Catarina pode fazer e o que vamos investir para que possa fazer.

Às vezes isso parece meio distante do tema que estou falando aqui, mas na verdade é política pública. Nós não temos política pública para o esporte em Santa Catarina. E temos uma vantagem orçamentária extraordinária, que, aliás, é parte da discussão que precisamos fazer que são os fundos de esportes, de turismo e de cultura que, na verdade, viraram instrumento de pequenos favores de quem tem interferência política dentro dos governos.

Nós não construímos políticas públicas dentro dessa área. Nós suprimimos a arrecadação que vai para a saúde, para a educação, para a segurança e para todas as áreas estratégicas do governo, porque antes da divisão se constitui os fundos. Os fundos precisam ser regulamentados de forma que atendam os interesses públicos e, portanto, precisamos ter política pública para o turismo, para a cultura e para o esporte. E o momento que o Brasil vai viver agora de plena discussão para esse tema é o momento muito propício para isso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, que preside esta sessão, demais pares deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, trabalhadores da Segurança Pública do sistema prisional do nosso estado, que estão presentes nesta manhã de quinta-feira. Quero desde o inicio saudá-los pela iniciativa de estarem presentes, e de estarem fazendo ao longo de vários meses manifestações públicas no sentido de expressar a situação do sistema prisional, e a situação de trabalho de vocês dentro do sistema prisional catarinense.

Por certo, é necessário que os trabalhadores da Segurança Pública assumam o protagonismo de vir a público dizer o que existe de fato, qual é a realidade, qual é a situação. Vocês que trabalham, me permitam dizer dessa forma, lá nos quintos do inferno da sociedade oficial. E numa avaliação que se faz da sociedade oficial, aquela que tem condições plenas de vida e de consumo, historicamente, desde muito tempo atrás, tem a prática de esconder o sistema prisional atrás de um morro, onde são encarcerados cada vez maior número de pobres, e para onde são mandados também um número cada vez mais insuficiente de outros pobres para cuidar daqueles.

E nessa visão, acham horroroso que essa realidade apareça, por isso a tese de duas décadas de tirar o sistema prisional da Trindade, porque este complexo penitenciário ofende os olhos dessa sociedade oficial, que faz negócios de grande valor monetário nas praias, nos shoppings da região, e que não querem que isso apareça. No fundo não declarado existe essa intenção de esconder o problema social que é a criminalidade, que é a falta de segurança, que é o sistema prisional.

Portanto, os trabalhadores virem a público e assumir o protagonismo de falar dos auspícios da sua profissão é absolutamente necessário. Temos, além da questão da cozinha, da alimentação privatizada, como já foi falado pelo deputado Volnei Morastoni, que refletir também sobre outros elementos de privatização no sistema prisional, por exemplo, a guarita.

Dentro da instituição da qual faço parte, a Polícia Militar, faz muito tempo que autoridades defendem a retirada da Polícia Militar do sistema prisional e, por vezes, isto também foi apoiado por alguns dirigentes, permitam dizer com toda fraternidade, dos agentes prisionais. Tenho a convicção mais profunda de que isso fragiliza a Segurança Pública do estado, e não fragiliza só o sistema prisional, é também uma medida privatizante, porque vocês sabem e estão aqui por justiça defendendo a contratação de mais servidores para o sistema prisional, mais agentes penitenciários. Com o que concordamos, aplaudimos e apoiamos, porque o número que existe é insuficiente para a demanda e, portanto, vocês não têm efetivos para assumir a guarita e, falando em termos mais técnicos, para assumir a segurança externa dos estabelecimentos penais, que tem sido feita com certa medida, de forma progressiva e cada vez mais incisiva, por empresas privadas de segurança. E colocam lá vigilantes, com todo o respeito aos trabalhadores dessas empresas, os quais devemos apoiar, sem qualificação e sem respaldo do estado para fazer o serviço. E para segurar aquele monstro que é uma penitenciária é necessário mais respaldo e não menos respaldo do estado.

Então, estamos em comunhão, evidentemente, com aquilo que vocês defendem. Parabéns pela luta, parabéns pela coragem, pela determinação de estarem segurando essa situação, pela força de vontade, pelo desprendimento e pelo compromisso com a sociedade catarinense e com a segurança pública.

Nós nos indignamos com algumas avaliações precipitadas quando atribuem certas crises na Segurança Pública, no sistema prisional, a vocês, trabalhadores, do sistema penitenciário. Como trabalhei 16 anos no sistema penitenciário, na segurança externa, na função de policial militar, que considero necessária, essencial e imprescindível, sei dos auspícios da profissão de vocês. Trabalhei seis dias na função equivocada de agente prisional. Na época, chamava-se assim, sob ordem, numa greve em 1992, no governo de Vilson Kleinübing. Mas isso foi suficiente para entender que tem que ter muita coragem, determinação, vontade, amor à sociedade e à própria família e desprendimento para segurar aquele rojão. Evidentemente que precisam ser mais valorizados do que estão sendo.

Falando em valorização, por coincidência ou não, foi só começarmos a falar de forma mais incisiva sobre salário do servidor da Segurança Pública que o governo voltou à carga afirmando que estourou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Coincidência! Eu falei ontem aqui e hoje está no *Diário Catarinense.* Mas sempre foi assim. Quando é que foi diferente? Nunca!

Quem cometer a imprudência de ficar esperando que a Lei de Responsabilidade Fiscal permita que isso aconteça acabará esquecido. Aliás, um deputado que tinha sido secretário na Casa Grande, no Palácio do Governo, afirmou isso aqui alguns anos atrás. Com um monte de medida discriminatória que mandaram para cá ele veio em seguida, no período eleitoral, para votar afirmando, nesta Casa, nesses microfones, que quem está mais perto é mais bem tratado, quem é mais nosso amigo tem um tratamento diferenciado. Cometeu a falta de prudência e de clareza republicana de afirmar isso nesses microfones.

Assim sendo, nenhum servidor pode ficar esperando. A Lei de Responsabilidade Fiscal não permite, mas dá-lhe isenções fiscais. Saudadas, exaltadas desta tribuna, inclusive! Que venha a BMW, a quem o governo federal já deu um monte de coisa e em Santa Catarina, o governo do estado, vai dar o resto que precisar. E dá-lhe isenção fiscal! E dá-lhe não ter recurso para os serviços públicos essenciais. Eles dizem que a BMW vai gerar emprego, mas emprego que não vai garantir aposentadoria àqueles trabalhadores porque a empresa não vai pagar a sua contrapartida previdenciária! Benesses do Plano Brasil Maior. Com esse nome pomposo fazendo o Brasil ficar muito menor nas próximas décadas por conta da previdência. Daí de fato vai ficar falido.

A respeito do que falava ontem, algumas coisas precisam ficar mais claras com relação ao nosso posicionamento. Queremos transmitir às autoridades do estado de Santa Catarina, especialmente ao secretário da Fazenda, aos outros secretários da Casa Grande, do palácio do governo e ao próprio governador Raimundo Colombo que todos os conflitos havidos na *interna corporis* da Segurança Pública nos últimos 20 anos, especialmente nas instituições militares, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, foram provocados por medidas salariais discriminatórias. Todos, sem exceção!

Portanto, é preciso tomar medidas salariais concretas para organizar ou reorganizar a política salarial dos servidores da

Segurança Pública, e efetivamente valorizá-los, é necessário tomar medidas corretas, porque se aumentar a discriminação pode-se tirar uma categoria como a nossa, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que está tranquila, vamos dizer assim, está amortecida, infelizmente, dessa situação e levá-las a novos conflitos.

É preciso que haja clareza. E não quero dizer isso com exaltação, mas com convicção profunda aos secretários do governo: a readequação da política salarial dos trabalhadores da Segurança Pública, especialmente dos militares, depende de medidas concretas que sejam também corretas. Ouvir só um lado levará, com certeza, a mais erros, o que será dramático.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, representantes do Sintespe, dos agentes prisionais. Sejam bem-vindos! As reivindicações que estão fazendo são justas.

Tenho mais de 30 anos de atividade na Segurança Pública, e em mais da metade da minha carreira fui delegado de Polícia em comarcas onde a cadeia pública, na época, era junto com a delegacia. Então, o delegado, o agente de Polícia, o carcereiro trabalhavam todos integrados, inclusive o delegado era o responsável pela cadeia pública.

Só para ilustrar, na vida colhemos exemplos bons dos acontecimentos do dia a dia. Há poucos dias estava almoçando num rodeio em São Miguel d'Oeste, e chegou um jovem senhor, sentou ao meu lado e perguntou se eu o conhecia. Respondi que não. Então, ele falou que sempre foi simpático às minhas campanhas políticas, mesmo sem eu saber, e que queria me contar uma história. Disse que era filho do fulano de tal e que o pai havia praticado um homicídio há quase 30 anos e que fui o delegado que o havia prendido. Disse que tinha uma consideração muito grande por mim, porque prendi seu pai, cumpri a lei, mas quando a família ia fazer visita, sempre tratei todos com muita consideração e respeito. Falou que tinha uma imagem que gravou por toda a vida. Na época, tinha quatro anos, chegou com a mãe para fazer a visita ao pai e ainda não estava no horário, e que eu o peguei no colo e fiquei conversando com ele. Então, o passei para o interior da cela por aquela janelinha por onde passavam a alimentação, porque ainda não estava no horário da visita, e ele pode ficar no colo do pai. Ele disse que aquilo ficou gravado pelo resto da vida na sua mente.

Tenho orgulho de dizer que sempre fui conhecido como delegado linha dura, que estava sempre na rua enfrentando a criminalidade, mas sempre soube tratar as pessoas de bem com muito respeito e dignidade. E isso marca muito.

Por isso que eu digo que há duas áreas em que as pessoas mais precisam de atenção: Saúde e Segurança Pública. Trata-se de dois momentos em que as pessoas estão fragilizadas.

A categoria dos agentes prisionais é muito importante e vive hoje em contato direto com aquele que praticou o delito, muitas vezes sofrendo a pressão psicológica de o marginal dizer: "Eu sei onde você mora, sei onde mora a sua família e um dia eu vou sair daqui." Por isso, são profissionais que precisam estar muito bem preparados. Todos sabem do caso da agente prisional Deise, que trabalhava na secretaria de Justiça, que funcionava no prédio na av. Ivo Silveira, onde eu trabalhava, à época, como diretor de combate ao crime organizado. Ela era uma profissional muito dedicada. Então, reconheço que essa categoria tem que ser valorizada, reconhecida e respeitada.

Ouvi atentamente a explanação do representante dos agentes prisionais e gostaria de dizer que tivemos nesta semana, na comissão de Segurança pública, uma reunião muito importante sobre a questão do furto, roubo e desvio de cargas no estado de Santa Catarina, deputado Reno Caramori, v.exa. que participou ativamente daquela audiência. Vejo as dificuldades do sistema prisional, dos agentes, das questões de trabalho, mas, em contrapartida, temos visto as manifestações da secretária Ada De Luca, do Leandro, de que nunca tantos presos trabalharam dentro do sistema prisional. Na inauguração da unidade prisional em Chapecó foi apresentado o uniforme que os presos utilizam e que, segundo informações, é produzido por eles mesmos.

Entendo que poderíamos, na próxima reunião da comissão de Segurança Pública, chamar a secretária de Justiça, o Leandro, que é o diretor do Deap, os representantes dos agentes prisionais e, da mesma forma como ontem pudemos fazer um debate sobre o furto, desvio e roubo de cargas no estado, também poderíamos ajudar nesse entendimento, principalmente na questão operacional.

Quanto à questão salarial, é uma questão de governo. Sabemos da preocupação do governador Raimundo Colombo com essa situação e ao mesmo tempo vemos aqui dois pedidos dos agentes: aumentar o salário e aumentar o efetivo.

Lembro-me que em outros governos, quando ocupava a chefia da Polícia Civil do estado, íamos ao governador solicitar o aumento de efetivo. Inclusive, em 2009 fizemos o maior concurso da história da Polícia Civil do estado com 900 aprovados que já foram todos nomeados. Mas lembro quando o governador dizia: "Vocês querem o aumento de efetivo ou o aumento de salário? Não tenho condições de dar os dois."

Então, sempre tínhamos que travar uma briga com o grupo gestor, porque é claro que quem está administrando ou trabalhando na Segurança quer os dois: o aumento do efetivo, porque precisa do agente, seja na Polícia Civil, Militar ou no Sistema Prisional; e também uma remuneração justa, digna e adequada.

Na verdade, é uma discussão difícil, principalmente porque encontramos uma barreira no grupo gestor, que é o grupo que diz se dá ou não dá para contratar, investir e fazer. Mas é um segmento que tem o nosso apoio. E vamos ver, juntamente com os demais deputados, a forma de debater esse assunto e encontrar a melhor solução.

Como falamos, tivemos a reunião para tratar sobre o roubo e desvio de cargas em Santa Catarina, com a presença de Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Fetrancesc - Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina -, e de representante do Deic, da Polícia Rodoviária Estadual e da Polícia Rodoviária Federal.No ano passado, no Brasil, houve o registro de 12.850 ocorrências. Esse é um número muito grande, deputado Kennedy Nunes. Felizmente, Santa Catarina tem um número baixíssimo de ocorrências, mas o nosso é o segundo estado do Brasil vítima de roubo de cargas. O primeiro é o estado de São Paulo, obviamente pelo número de indústrias, e o segundo é Santa Catarina, porque também é um estado que produz bastante e vende para os outros estados. E nesse trajeto as mercadorias acabam sendo roubadas e desviadas. Mas nessa reunião foram marcadas algumas ações importantes para prosseguir nesse trabalho e melhorar a segurança, seja a segurança do produto, que é importante, mas secundária, e a segurança do transportador, do motorista e dos agentes. Enfim, é preciso reduzir esse número, pois o prejuízo que o roubo de cargas traz ao país é muito grande.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, sras. deputadas, Florianópolis, a capital dos catarinenses, foi uma das regiões, deputada Angela Albino - e v.exa. disputou uma eleição para prefeito -, que mais cresceram no Brasil. E com esse crescimento a nossa capital perdeu um pouco a sua identidade, porque é uma cidade que acolhe bem todos os catarinenses que vêm do interior, todos os brasileiros que vêm de vários estados da federação e os estrangeiros que aqui vêm morar porque escolhem Florianópolis para viver e criar a sua família, principalmente pela qualidade de vida e pela beleza natural.

Eu disputei o espaço para ser candidato a prefeito pelo PMDB com o companheiro Nelson Wedekin, que na época era deputado federal e eu era deputado estadual. Num debate com o deputado Nelson Wedekin os meus assessores me aconselharam que eu dissesse que era de Florianópolis e o Nelson não - ele era gaúcho. Eu não aceitei esse argumento, sr. presidente, porque o fato de eu ter nascido aqui não dependeu da minha vontade. Foi uma felicidade dos meus pais, nascidos e criados na Lagoa da Conceição, que me geraram, e nasci na Lagoa da Conceição. Agora, Nelson Wedekin, por livre e espontânea vontade, conscientemente, escolheu esta cidade para morar, trabalhar e constituir a sua família. E foi assim com a grande maioria dos que moram, hoje, na capital dos catarinenses. E acho um mérito daqueles que escolheram Florianópolis.

Mas, sr. presidente, em função também dos muitos que vieram e não participam da vida cultural, recreativa e esportiva dessa cidade, ela perdeu um pouco a sua identidade. É só irmos a uma das festas religiosas mais tradicionais do Brasil e a mais tradicional de Santa Catarina, que é a procissão dos Senhor Dos Passos, para encontrar a cara da cidade, o retrato das pessoas que têm vínculos com Florianópolis. Assim é no jogo do Avaí e Figueirense, assim é quando morre uma pessoa mais velha de Florianópolis.

Estou dizendo isso, sr. presidente, porque grande parte dos moradores de Florianópolis, lamentavelmente, não conhecem a história dos catarinenses, não conhecem as pessoas, as histórias das pessoas e daqueles que fizeram a história da vida esportiva, cultural e política de Florianópolis.

Então, ocupo a tribuna na manhã de hoje, srs. deputados, para fazer uma homenagem a uma figura falecida há dois dias nesta cidade que chamava-se Orlando Pessi, mas que a cidade conhecia por Torrado.

Torrado, sr. presidente, digo sem medo de errar, foi o melhor atleta que Santa Catarina já teve. Eu pediria que a nossa assessoria técnica colocasse no vídeo uma

sessão que a Assembleia Legislativa fez em homenagem ao aniversário da cidade, quando homenageamos algumas pessoas e Orlando Pessi.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Sr. presidente, o Torrado, que está ao lado do nosso saudoso ex-deputado Lício Mauro Da Silveira, foi casado com Alva Neves Pessi, teve duas filhas, Patrícia e Susete. Era formado em Ciências Econômicas e Licenciatura em Educação Física. Considerado um dos atletas mais completos do estado, destacou-se nas modalidades como basquetebol, voleibol, natação, atletismo e futebol. Foi campeão estadual de basquetebol em 1957, 1958 e dos anos de 1960 até 1978, foi também campeão estadual de voleibol de 1956 a 1975, e também jogou no nosso Figueirense.

É bom lembrarmos dessas figuras importantes da nossa cidade que se foram. E como é uma cidade em que a grande maioria dos moradores vêm de outros rincões do estado e do Brasil, eles não conhecem essas figuras. E a história de Florianópolis está-se indo, por falta de quem preserve a memória para mantermos a nossa identidade.

Mas quero, aqui desta tribuna, fazer uma homenagem a este grande catarinense, a este grande florianopolitano, a esse amigo da cidade que circulava em todas as rodas. Era queridíssimo nos meios em que se apresentava, tanto de pessoas mais simples quanto da classe mais favorecida economicamente.

Deixo aqui o nosso abraço a essa grande figura que foi meu amigo particular, o nosso amigo Torrado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Dirce Heiderscheidt, catarinenses que acompanham esta sessão.

Gostaria de destacar um ato importante que está acontecendo nesta manhã, não o ato em si, a solenidade, porque é uma formalidade importante também, mas o evento maior que é a parceria que o governo federal, através do ministério da Agricultura, fez com Santa Catarina, e que permite que nesta sexta-feira diversos municípios do oeste do estado, e são 51 municípios, recebam equipamentos referentes a essa parceria, a esse contrato. São municípios atingidos pela estiagem que vão receber tratores agrícolas e distribuidores de adubo que permitem também, se for o caso, serem utilizados para transportar água. E isso, mais uma vez, traz à tona a questão das estiagens que Santa Catarina tem enfrentado, principalmente no oeste.

Nós estamos vivendo um momento, aqui no litoral, por exemplo, de alagamentos, de famílias sofrendo com alagamentos. Há uma semana aconteceram diversos alagamentos, ontem novamente, mas contraditoriamente, na região oeste, com frequência têm acontecido estiagens. E há, inclusive, recursos do chamado Pacto por Santa Catarina, discutidos aqui pela Assembleia, na ordem de 60 milhões, que são para obras estruturantes nesta área do combate às estiagens, principalmente para armazenamento de água, para ações que possam prevenir melhor, não a falta da chuva, porque não é possível fazer chover, mas o armazenamento da água e os mecanismos para enfrentar melhor as estiagens.

Então, queria fazer este registro dos municípios da região oeste que estão recebendo maquinário. Como eu disse, são 51 municípios que estão recebendo e que aguardam, claro, com certeza, outras ações e outras parcerias para que possam dar conta também de outras demandas.

Os municípios têm uma série de demandas de atendimento em infraestrutura, além dos serviços essenciais como saúde e educação e, às vezes, somente com os recursos próprios, da sua própria arrecadação, não conseguem fazer frente à essas demandas. Por isso essas parcerias são importantes e fundamentais.

Sr. presidente e srs. deputados, tantas vezes falamos aqui do problema da telefonia no Brasil, da baixa qualidade, e continua realmente sendo um problema. Mas quero também ressaltar a questão da redução das tarifas de ligações de telefone fixo para celular, que já está valendo, neste esforço que está sendo empreendido em nível nacional, e que começou com a redução das tarifas de energia elétrica; depois tivemos o ato da presidente tirando toda tributação dos produtos da cesta básica, que foi importante, fundamental, e agora mais um ato de redução do preço de ligação de telefone fixo para celular, uma redução que fica na ordem de 8.7%. Esperamos que seja mais um ato, mais um motivo para melhorarmos as condições econômicas da população, reduzindo tarifas, reduzindo custos, e possibilitando melhor desenvolvimento.

Inclusive, está no *Diário Oficial* do dia 04 de abril uma nova tabela de remuneração de uso da rede de serviço móvel pessoal e de serviço móvel especializado. A Anatel fixou os valores em virtude da não pactuação entre concessionárias e operadoras móveis, conforme previsto na legislação.

Portanto, queria fazer este registro porque acho que é uma conquista importante da sociedade brasileira.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, sr. deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PP. Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, passei um tempo, hoje pela manhã, dando uma olhada na famosa Pec, o Projeto de Emenda Constitucional n. 0037/2011.

Não sei por que, deputado Edison Andrino, toda essa fantasia em cima dessa Pec, isso é chover no molhado. Foi acrescentado a ela o § 10 que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"§ 10. A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federais e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente." [sic]

O § 1º deste artigo diz o seguinte:

"A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;" [sic]

Está dizendo a mesma coisa.

O § 4º diz o seguinte:

"Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares." [sic]

Então, essa Pec está simplesmente afirmando o que está na Constituição. Não vejo razão para essa polêmica toda que está havendo, esse *lobby* para que se vote contra a Pec. Temos que ser mais objetivos, pois está na Carta Magna o que a polícia faz, o que a promotoria faz, o que o Ministério Público faz e assim por diante.

Portanto, não estou preocupado com isso, deputado Edison Andrino, temos outras questões para nos preocuparmos. Uma delas é justamente o que tratamos ontem, na comissão de Segurança Pública, com a presença da Fetrancesc, da Polícia Rodoviária Federal e Estadual, da secretaria de Segurança do estado, das empresas de segurança que dão cobertura aos transportes, que seriam os batedores. Isso é que está preocupando bastante.

Vimos que realmente existem três fatores que hoje dão condições para que o roubo de carga seja maior em Santa Catarina e no Brasil. Primeiro, a falta de efetivo na Polícia Federal e na Estadual, a falta de informação dentro dos órgãos competentes e a falta de comunicação. O malandro se comunica muito mais do que os órgãos competentes ou as empresas que acompanham os caminhões nas rodovias, principalmente nas de maior perigo.

Eu mostrava ontem que na nossa região, justamente ali, existem fatos concretos de roubo. Temos uma rodovia que sai de Caçador e vai até a BR-153. O malandro vai pela BR-153 no sentido Paraná e a 11km pega uma outra que vai à Foz do Iguaçu. A BR-153, no sentido sul, vai por Irani e para o resto do país, e no sentido norte vai para União da Vitória e norte do país. Portanto, ali temos um miolo onde não existe comunicação nenhuma, os deputados Romildo Titon e Neodi Saretta conhecem a nossa região.

Tenho feito alguns pleitos em defesa da região e agora constatamos, através de estatística, que realmente é a região mais descoberta que temos em Santa Catarina, com a facilidade para a fuga dos ladrões de carga ou de automóveis. Até dei um exemplo, há poucos dias, um caminhão terceirizado da empresa Reunidas foi abalroado levemente, e o motorista parou. Eram ladrões. O motorista saiu do caminhão para ver, e os ladrões o prenderam e o colocaram no baú. Levaram o caminhão e foram em sentido de Água Doce. Entraram numa estrada de campo, roubaram o que quiseram e abandonaram o caminhão com o motorista no baú.

Ali há um vácuo, mas felizmente, deputado Neodi Saretta, tivemos agora a instalação da Polícia Rodoviária Federal que deu uma minimizada no processo. Agora, a falta de comunicação é impressionante. Lá não dá sinal de celular, não tem telefone público, não tem telefone fixo. Estamos tentando junto às empresas de comunicação que instalem urgentemente lá um sistema. A Tim, hoje ganhou o leilão para a instalação de telefones móveis no interior de Santa Catarina. Só que vai começar num prazo de 2014 a 2017.

Estamos fazendo um apelo à Tim que se instale então, em 2014, justamente naquele vácuo, o que vai privilegiar toda a nossa região minimizando esse caminho da roça do malandro e dos ladrões de carga.

Por isso, deputado Romildo Titon, acho que é importante que este Parlamento também reúna esforços para instalarmos as torres necessárias para que tenhamos comunicação.

Lá temos a Polícia Rodoviária Federal, mas não temos como comunicá-los quando acontece um sinistro, roubo ou coisa que o valha ou quando passa um ladrão, até porque eles passam pela Polícia Federal, mas no sentido a Palmas, a Foz de Iguaçu. Tenho conversado com políticos do Paraná, eles passam a 100, 120km por hora...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de concluir o que estávamos falando a respeito da reunião realizada pela comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa tratando sobre furto, roubo e desvio de cargas no estado de Santa Catarina.

Como já disse, foi uma reunião convocada pelo nosso líder, deputado Darci de Matos, claro, a pedido da Fetrancesc, Federação dos Transportadores de Cargas do Estado de Santa Catarina, representada pelo sr. Pedro Lopes.

Foi uma reunião positiva, com a participação de muitas autoridades, com a Polícia Rodoviária Federal fazendo um relato do trabalho executado nos 2.800km de rodovias fiscalizados no estado de Santa Catarina, que deverá ser alterado para 3.800km. Serão quase quatro mil quilômetros de área a serem fiscalizados, aproximadamente por 500 agentes.

Sabemos que existem dificuldades para a Polícia Rodoviária atender e proteger toda essa malha viária porque, como explicou o Magalhães, inspetor que representou o funcionário efetivo Silvinei Vasques, superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, esses agentes não são suficientes para atender toda a malha rodoviária do nosso estado,até porque trabalham por turnos poucos agents. Como ele citou, quando pegam um motorista embriagado existe todo um trâmite, procedimentos como conduzir o motorista, fazer a apreensão da carteira, o que demanda de duas a três horas. Então, se tem apenas três, quatro agentes, e é difícil o posto ter mais do que isso de plantão, fica difícil conseguir fazer outro atendimento, fazer fiscalização da rodovia.

Também tivemos um relato do coronel Norberto, comandante da Polícia Rodoviária Estadual, de que felizmente nas rodovias estaduais temos raríssimos casos desse tipo de ocorrência sendo registrados.

Bem levantada à questão da telefonia pelo deputado Reno Caramori, nas regiões de Irani. Naquela região que não tem cobertura telefônica, muitas vezes nem tem cobertura de rádio. Então, se o agente está na viatura não pode se comunicar com alguém no posto. Até para as empresas que fazem o transporte isso é importante, pois com telefonia podem se comunicar evitando muitos roubos. Nós chegamos ao cúmulo de veículos de transporte de turistas terem que viajar escoltados. Aqueles ônibus que levam empresários, comerciantes para fazer compras em outros estados, pessoas com valores, eram seguidamente vítimas de roubos. Mas até ônibus de turismo ter que viajar escoltado! Isso é preocupante.

A grande maioria dos roubos acontece naquela divisa de Santa Catarina com o estado do Paraná. A grande maioria no estado do Paraná. Poucos casos acontecem no estado de Santa Catarina, felizmente, a maioria dos casos acontece fora. Como já disse antes, nós tivemos em 2012, 12.850 ocorrências registradas em nível de Brasil. Isso que algumas ocorrências podem escapar dessas estatísticas, porque podem ficar registradas numa unidade policial, numa delegacia de polícia, que não é informatizada e não encaminha esse registro. Isso faz com que acabe não caindo no registro geral.

Em Santa Catarina, segundo a Polícia Rodoviária Federal, registrou-se aproximadamente 400 casos e em torno de 25 casos de prisões. Quer dizer, o número de prisões nesses casos por abordagem, por alguma suspeita é pequeno, até porque a questão do furto, roubo e desvio de cargas não se resolve com operações ostensivas. Pegar um caminhão na beira da estrada que já foi roubado ou que está ocorrendo o roubo é muito raro.

Então, esse é um trabalho que demanda aquilo que foi pleiteado e aprovado pelos deputados, que é uma moção de criação de uma delegacia especializada no combate ao roubo e desvio de cargas no estado de Santa Catarina. Aí, sim, com uma investigação centralizada, com todos os casos chegando ao mesmo local nós vamos ter o mesmo sucesso que tivemos na criação aqui em Santa Catarina da Delegacia de Homicídios da capital.

Fiquei muito feliz em saber, nesta semana, participando da reunião de comissão, pelo delegado Akira Sato, diretor da Deic, e o delegado Anselmo Cruz, que a delegacia de homicídios da capital é referência nacional e já chegou a índices de solução, de resolutividade, como chamamos, maior do que de polícia americana.

Existem dez distritos nesta capital, cada qual faz a sua investigação, mas um crime de homicídio que ocorre no norte da ilha, muitas vezes tem ligação com um crime ocorrido no sul da ilha. Então, esses crimes estão interligados, mas cada delegacia fazia a sua investigação separada, individualizada. E com a criação da Delegacia de Homicídios, qualquer homicídio em Florianópolis é investigado pela mesma equipe, que consegue detectar as ligações entre os crimes, se foram os mesmos autores, mandantes, se foi alguma vingança, retaliação. Conseguimos com isso centralizar as informações e chegar efetivamente a um índice de resolutividade que hoje motivou a Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública - a vir conhecer esse projeto para implantar no Brasil.

Também tivemos o relato do delegado Akira e do delegado Anselmo, que é responsável pela Delegacia de Furtos e Roubos e faz um excelente trabalho, que já se prontificou a também centralizar essa questão do furto e roubo de carga de Santa Catarina na sua diretoria, junto à Deic. Então, a reunião trouxe algumas soluções.

Também o presidente Pedro Lopez propôs uma reunião onde vai convocar os transportadores deste estado para, numa discussão com a Polícia Rodoviária e o Deic, tratar deste assunto da orientação. Muitas cargas são objeto de furtos, roubos, desvios com a conivência e informação de funcionários. As quadrilhas podem tentar infiltrar na empresa um elemento para passar as informações, porque muitas vezes quando ocorre o desvio, o furto, o roubo, os autores sabem que tipo de mercadoria está ali.

Santa Catarina tem sido vítima de furtos e roubos, principalmente de medicamentos. Também foi relatado que faremos reuniões trimestrais para avaliação, e será utilizado o sistema de filmagem da rodovia para investigação e controle.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, quero parabenizar v.exa. pela condução dos trabalhos na comissão de Segurança Pública. Sempre tive convicção de que faria um grande trabalho porque v.exa. é um especialista nesta área, tem uma vida inteira dedicada à melhoria da segurança pública em Santa Catarina.

V.Exa. falava ontem do planejamento do trabalho da comissão, do roteiro das audiência públicas que vai realizar nas cidades pólos do estado. E vejo essa possibilidade de debate com a sociedade civil organizada sobre a segurança pública como de fundamental importância para Santa Catarina.

Realmente a reunião de ontem foi magnífica, e trouxe grandes resultados iniciais. E quero parabenizá-lo porque propus a reunião a pedido da Fetransesc, porque sou presidente da respectiva frente parlamentar, e v.exa. imediatamente a convocou.

Tivemos a presença das Polícias Rodoviária Estadual e Federal, da Polícia Civil, da Fetrancesc, muitas instituições participando, então, foi um debate importante, porque o roubo de cargas onera o setor e eleva o Custo Brasil. Somente no ano passado foram 400 eventos de tentativas e roubo de cargas em Santa Catarina. Isso é um absurdo!

A conclusão foi muito boa, porque houve a proposição de fazermos reuniões trimestrais, que v.exa. vai conduzir, e a criação de uma delegacia especializada em roubos e furtos de cargas em Santa Catarina.

Parabéns, deputado Maurício Eskudlark! Tenho certeza de que nós vamos poder avançar muito, neste sentido.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado, v.exa. que foi o proponente dessa reunião, que realmente já trouxe ações efetivas, conforme tratado com a Deic, com o delegado Anselmo. Também é uma proposição do delegado Anselmo a integração da inteligência, a centralização dessas informações. Vejam que a Deic já conseguiu diminuir. Nós tínhamos um número elevadíssimo de roubos e furtos a caixas eletrônicos, através de explosões ou com maçaricos, e a sociedade viu que esse número quase desapareceu. Por quê? Por causa de uma atuação firme, eficiente, quadrilhas foram desmontadas, foram identificadas, foram presas, o que acabou reduzindo sensivelmente o número desse tipo de ocorrência.

É um trabalho importante que foi feito pela Deic e que agora, certamente, será feito nessa questão do roubo e desvio de carga.

Nós vamos procurar o secretário de Segurança, César Grubba, para agilizarmos o pedido da criação da delegacia especializada e a centralização das informações na diretoria de Inteligência da secretaria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n.: 0200/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, ainda, que defere de plano o Requerimento n.: 0297/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença do prefeito Rudimar Francisco Gruth e seu vice, de Tigrinhos, que tem conseguido muitas obras, muitas verbas para o município que através do seu empenho, da sua administração, teve um crescimento esplêndido o que, com certeza, vai melhor ainda mais a qualidade de vida daquela população.

Parabenizo ao prefeito a seu vice!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Desejo as boas-vindas a todos!

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, também quero reforçar os cumprimentos aos prefeitos, ao vice, aos vereadores que nos visitam, trazendo as suas reivindicações ao governador, vindo buscar o apoio político para defender os seus projetos.

Mas quero reforçar dois assuntos importantes. O Congresso Nacional está fazendo, especificamente no Senado, uma análise na questão da aposentadoria. Nós temos aproximadamente 17 milhões de brasileiros aposentados pelo INSS e em torno de 1,8 milhão, quase dois milhões, aposentados pelo poder público. Na verdade, a aposentadoria no meu entender, e cada vez me convenço mais disso, seguramente é o melhor patrimônio que cada um de nós tem. Ter uma aposentadoria, mesmo que pequena, de um salário, de dois ou três e no máximo de dez na questão da previdência do INSS, certamente vale mais que uma propriedade que nem sempre produz espontaneamente algum lucro financeiro mensal para garantir o sustento daquela pessoa aposentada ou de sua família.

Por isso, respeitar a aposentadoria e valorizá-la é um trabalho político que tem um efeito social muito grande. E, certamente, o governo que deu mais peso ao lado social e que organizou o Brasil foi o governo de Fernando Henrique, trabalho esse que teve continuidade com o ex-presidente Lula e com a atual presidente Dilma Rousseff. Com certeza, se manteve as mesmas regras, algumas até foram melhoradas, justamente compreendendo a importância que tem a previdência para as pessoas.

Mas antes do governo Fernando Henrique, eu me lembro bem que às vezes se formavam filas na frente dos bancos para receber a aposentadoria e, não raras vezes, vinha uma notícia lá de dentro dizendo que todo mundo podia ir embora porque não tinha dinheiro para pagar. E cada um tinha que buscar a sua aposentadoria outro dia lá no banco, naturalmente dentro do prazo do mês.

Com a mudança que a previdência teve a partir do governo de Fernando Henrique, organizou-se uma porção de itens. O primeiro, o mais importante, é com relação à contribuição por parte do trabalhador e da patronal. Todos nós nos lembramos da época em que os prefeitos, as entidades filantrópicas, as entidades empresariais deixavam para trás a previdência dos funcionários, não havia rigor com relação à previdência e as pessoas achavam que não precisava pagar a previdência porque se dava um jeito lá na frente, como se aquele recurso fosse um dinheiro jogado fora, um dinheiro que não era importante ser investido.

A partir do governo Fernando Henrique foi organizado esse serviço de previdência. O hospital ou os hospitais que não pagam a previdência dos funcionários, que não pagam fundo de garantia estão fora de qualquer tentativa de busca de recursos para qualquer serviço; as prefeituras por exemplo, se forem buscar qualquer tipo de recurso em instância superior, se a prefeitura for buscar recurso em nível estadual ou federal, vai ter que estar em dia com a previdência de todos os seus funcionários; para buscar algum empréstimo, terá que estar em dia com a previdência, o FGTS, enfim, com todos os encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários. Então, esse foi um dos detalhes.

Segundo, todos que desejarem se aposentar precisam ter alguma forma de contribuição, ou através de carteira assinada, parte paga pelo funcionário e outra parte paga pela empresa, ou pela patronal, ou contribuição particular, através de carnê, mas tem que estar contribuindo. Criou-se até a contribuição social, que seria a contribuição com um valor menor. E isso dá inúmeros direitos, inclusive de se aposentar. Quando tiver o tempo certo de serviço e de contribuição, poderá se aposentar com um salário mínimo integral, mesmo tendo contribuído sobre um valor menor.

Enfim, a aposentadoria começou a ser vista por parte do governo como o melhor patrimônio individual de todos os brasileiros e, por isso, se deu esse tipo de tratamento para que todos possam ter a sua aposentadoria por invalidez, por idade ou por tempo de serviço, enfim, para que a aposentadoria seja a fonte de seu sustento.

Então, a valorização da aposentadoria começou exatamente no governo Fernando Henrique Cardoso. Já havia várias tentativas antes, porque a aposentadoria é uma coisa muito velha, mas nunca esteve tão organizada como está agora. Está aí a questão dos funcionários domésticos. Já havia a contribuição previdenciária, para dar ao funcionário doméstico o seu direito de aposentadoria, e agora foram feitas inúmeras alterações dando a ele praticamente os mesmos direitos que tem qualquer outro trabalhador em qualquer outro setor. O que em minha opinião está perfeitamente correto.

Discordo apenas da multa sobre o Fundo de Garantia porque, muitas vezes, a empresa não tem como manter aquele corpo funcional, precisa fazer algumas desonerações e fica impedida por conta da multa. Outra alteração que está havendo agora é a chance daqueles que estão já aposentados e que continuam trabalhando, contribuírem ainda com o INSS e poder buscar uma forma de, mais adiante, melhorar a sua aposentadoria.

Aposentadoria é o maior patrimônio, precisamos preservá-la.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, deputados presentes, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e catarinenses presentes nesta sessão.

Tenho alguns registros para fazer no uso da tribuna desta sessão, a começar por esta frustração, na qual me junto a todos os catarinenses, com relação a essa ação do Ibama, aliás, temos alguns órgãos que precisamos rever neste país. Não é somente a reforma política que é necessária, mas também a reforma jurídica. Precisamos rever algumas atuações. Há alguns dias estávamos falando sobre a questão da Funai, e a questão das deliberações do Ibama também.

Eu entendo, deputado Sargento Amauri Soares, que seria interessante termos um conjunto de medidas diferenciadas com relação ao meio ambiente, quando se trata de obras públicas. Por exemplo, não dá para ter *feeling* de uma obra privada para uma obra tão importante como a BR-470. Acho que temos que ter duas formas de medidas, uma para obras públicas e outra para obras privadas. Porque não dá para dizer que a obra da BR-470 pode estar no mesmo nível de uma obra privada. Alguns países já têm isso para obras públicas terem outros tipos de tratamento.

Queria fazer, deputado Ismael dos Santos, sei que v.exa. também corrobora com minhas palavras, uma referência muito especial à Igreja Assembleia de Deus de Guaramirim, que completou na última semana 80 anos de fundação, é uma das mais antigas de Santa Catarina, quero fazer referência ao pastor José Almir, presidente dessa igreja. Participei dos 80 anos de fundação dessa igreja.

Também quero fazer um registro especial, porque hoje a *Rádio CBN Diário* está completando 17 anos, como minha profissão é radialista, sempre estou ouvindo rádio, inclusive quando venho para cá sempre estou ouvindo rádio, sou um rato de rádio, o CD do meu carro pode falhar, mas o rádio não pode falhar. Por isso, quero mandar um abraço à toda equipe que faz a *Rádio CBN Diário* funcionar nesses 17 anos que estão em atividade em Florianópolis.

Quero também fazer outros dois registros. O primeiro é a defesa do Projeto de Lei n. 0051/2012, que assegura à gestante de alto risco internação na rede hospital particular, constatada a inexistência do leito hospitalar vago na rede pública de saúde num raio de 200km. V.Exa., enquanto presidente da comissão de Constituição e Justiça, elaborou a redação final.

O governador vetou por acreditar, não ele, os técnicos, que não poderíamos fazer porque isso iria gerar despesas. Não gera despesa. Hoje já é assim. Uma grávida de alto risco que não consegue leito em uma rede pública, pode ser atendida em um hospital particular, hoje isso já é normal. O que estamos fazendo é delimitando uma área de 200km, porque é o mínimo. Dia desses havia uma grávida de alto risco na cidade de Joinville, e a Maternidade Darci Vargas estava com seus leitos lotados. Mas havia uma vaga em Chapecó. Como vou encaminhar uma grávida de alto risco de Joinville para Chapecó? Como vamos fazer isto? Não tem como. O que o nosso projeto de lei está querendo fazer? Que haja um mínimo de 200km. Não havendo uma vaga na área num raio de 200km, então o gestor poderá encaminhar para o hospital particular essa futura mãe, para que possa ser atendida em sua gravidez de alto risco.

A outra explicação é que além de gerar despesa, seria vício de origem, o que está completamente derrubado, não estraria no Orçamento. Volto a dizer aos procuradores do estado para darem uma pensadinha, tomarem um cafezinho para refrescar a memória. Em primeiro lugar, não estamos criando despesa! O procedimento já existe! Estamos somente delimitando um raio de 200km! A despesa já existe no Orçamento porque ela já acontece hoje! Então, parece que há falta de vontade para resolver os problemas.

Esse projeto de lei surgiu de uma visita que fiz à Maternidade Darci Vargas, na qual nasci, de Joinville. Naquela ocasião, o diretor do hospital estava lá e tinha um problema para resolver, ou seja, o que faria com uma grávida de alto risco que teria que encaminhar para Chapecó porque lá havia um leito à disposição e por isso não poderia encaminhá-la para um hospital particular.

Naquele momento vimos a sua angústia como gestor querendo resolver um problema muito importante de uma grávida de alto risco. A partir desse fato é que estudamos a criação desse projeto, fazendo uma redação final a ele, colocando emendas, trabalhando com as comissões de Constituição e Justiça e de Saúde a esse respeito. Todos nós aqui o aprovamos por unanimidade e agora ele voltou com essa justificativa de veto. Mas vou pedir aos nobres pares para que derrubemos o veto e pedir também a todos os catarinenses que nos estão assistindo agora para que, se conhecem algum deputado, peçam a ele para unir forças para derrubar esse veto, a fim de valer esse nosso projeto que pede para que seja delineada uma área de 200km, para que as grávidas de alto risco possam ser atendidas em um hospital particular, como hoje já acontece quando não há leito em nenhum hospital público no estado.

Por último, sr. presidente, o jornal *A Notícia* traz uma notícia muito interessante:

(Passa a ler.)

"Joinvilense deve ser indenizado por perder a visão porque o atendimento da cirurgia dele demorou."

A 4ª Vara do Tribunal Regional Federal de Porto Alegre decidiu que o município de Joinville, o estado de Santa Catarina e a união têm que indenizar o cidadão em R$ 10 mil porque ele fez uma cirurgia no final de 2006 para tentar corrigir um problema, mas teve rompimento dos pontos e precisou de uma segunda operação. Como a fila para cirurgias oftalmológicas de Joinville é uma das maiores por falta de profissionais e de crescimento da demanda ao longo dos anos, o paciente só conseguiu agendar essa segunda cirurgia para agosto de 2007, quase um ano depois. O fato fez o paciente entrar com uma ação pedindo que o SUS fizesse a cirurgia e pagasse danos morais pelo atraso!

Povo catarinense, que interessante isso! O cidadão entrou com uma ação na Justiça e será indenizado porque não conseguiu o atendimento na saúde no tempo que deveria ser atendido. Vou trazer essa informação novamente aqui porque acho que é muito interessante.

Se todos os catarinenses que não estão conseguindo atendimento na saúde entrarem com uma ação na Justiça e o estado, o município e a união começarem a ter de pagar R$ 10 mil por paciente que não é atendido, eles terão que começar a tratar a saúde com respeito. Aí sim o governo federal vai começar a investir no mínimo 10% do seu orçamento na saúde pública. Enquanto não acontece isso, ficamos na espera!

Parabéns ao cidadão, seu nome não foi revelado, mas quero parabenizar sua atitude, porque abre um precedente muito interessante para que todos aqueles que não estão conseguindo uma cirurgia, que não estão conseguindo atendimento médico, entrem na Justiça com uma ação de danos morais, porque o Tribunal Federal já deu ganho de causa. E isso é para colocar ordem nessa bagunça que está a saúde no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem à OAB.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 017-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Altair Guidi, por um período de sessenta dias, a contar de 19 de abril do corrente ano, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 19 de abril de 2013

Deputado JOARES PONTICELLI
Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 011-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Reno Caramori para ausentar-se do País, no período de 11 a 15 de maio do corrente ano, a fim de viajar a Buenos Aires, Argentina, em caráter particular.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 11 de abril de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 012-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, ALTERA o Ato da Mesa nº 09, de 3 de abril de 2013, e de acordo com o art. 50, do Regimento Interno,

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Dado Cherem para ausentar-se do País, no período de 17 a 22 de abril do corrente ano, a fim de participar do evento "14ª Missão de Observação Eleitoral da COPA", em Assunção, no Paraguai.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 17 de abril de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 013-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização à Senhora Deputada Angela Albino para ausentar-se do País, no período de 19 a 22 de abril do corrente ano, a fim de viajar ao Paraguai, onde, na condição de observadora internacional, acompanhará a eleição Presidencial.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 19 de abril de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 015-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sandro Daumiro da Silva, 1º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Altair Guidi, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 19 de abril de 2013

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 216, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **MARIO CECHETTO MACHADO PACHECO**, matrícula nº 6300, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Operador de Estúdio de Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 30 de março de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de março de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 217, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **ROSSANA MARIA BORGES ESPEZIN**, matrícula nº 5280, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 1º de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 218, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **GUTIERES BARON**, matrícula nº 5361, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 1º de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 219, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **LISANDREA CRISTINA DA COSTA**, matrícula nº 4358, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 220, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **FABIOLA FERREIRA DE MACEDO**, matrícula nº 6325, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 221, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **RICARDO ALMEIDA,** matrícula nº 6322, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico em Hardware, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 222, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **LAURA CELESTE JAEGER GUBERT,** matrícula nº 6321, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 223, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **FABIO SOUSA QUEIROZ,** matrícula nº 6304, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 224, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **LUIS GUILHERME SELLA RIGONI,** matrícula nº 6303, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 225, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **DIEGO VIEIRA DE SOUZA**, matrícula nº 6302, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 226, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **DEYSE APARECIDA FERREIRA**, matrícula nº 6327, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 227, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **HUMBERTO MACHADO FILHO**, matrícula nº 6331, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 228, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **ELIAS AMARAL DOS SANTOS**, matrícula nº 6332, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 229, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **ALLAN DE SOUZA**, matrícula nº 6339, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 230, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **ALBERTO CECHETTO BECK**, matrícula nº 6334, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Analista de Sistemas, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 231, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **DANIEL DOMINGOS DE SOUZA,** matrícula nº 6323, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Técnico em Hardware, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 232, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício GP - Nº XX/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio, celebrado entre os Poderes Legislativo e Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,*

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo, até 31 de dezembro de 2014, o servidor **GERALDO MARQUES**, matrícula nº 1380, ocupante do cargo de Agente Legislativo código AGL/28, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 233, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **JULIANA ELENA BASSETTI,** matrícula nº 6324, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Operador de Estúdio de Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 234, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **BRIAN VENCESLAU MICHALSKI**, matrícula nº 6328, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Programador, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 235, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **ANDERSON AILTON BARBOSA**, matrícula nº 6329, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Programador, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 236, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **AUGUSTO CESAR FERREIRA**, matrícula nº 6330, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Programador, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 237, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **MARIA HELENA SARIS**, matrícula nº 6337, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 238, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **ALEXANDRE JOSÉ BACK**, matrícula nº 6335, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 239, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO,** matrícula nº 6348, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Operador de Estúdio de Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 240, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **CARLOS RENATO DOS SANTOS,** matrícula nº 6345, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Operador de Estúdio de Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 241, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **RAFAEL GHISI DUTRA,** matrícula nº 6343, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 242, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **RENATA ROSENIR DA CUNHA,** matrícula nº 6342, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 243, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **VIVIANE CAMARGOS DE SOUSA,** matrícula nº 6341, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 244, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **DELUANA BUSS**, matrícula nº 6340, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, habilitação Nível Superior/Jornalista, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 245, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **JULIANE GONÇALVES ROCHA,** matrícula nº 6338, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 246, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **MARCIO WELTER**, matrícula nº 6333, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Programador, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 247, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **RODRIGO MACHADO CARDOSO,** matrícula nº 6305, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Operador de Estúdio de Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 248, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR,** matrícula nº 6320, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 249, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **GUSTAVO DZIS GIACOMINI,** matrícula nº 6306, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Operador de Estúdio de Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 250, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **TIAGO EMANOEL DE SOUZA,** matrícula nº 6319, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico em Hardware, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 251, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **EDUARDO LUIZ VENTURIN,** matrícula nº 6318, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 252, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **JULIANO DA COSTA AZEVEDO,** matrícula nº 6317, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico em Hardware, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 253, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS,** matrícula nº 6316, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 254, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **JUSSIE SEDREZ CHAVES,** matrícula nº 6313, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Operador de Estúdio de Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 255, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **LUIZ FERNANDO NUNES DA SILVA,** matrícula nº 6312, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Operador de Som, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 256, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **LUCAS GABRIEL DINIZ,** matrícula nº 6311, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Operador de Estúdio de Rádio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 257, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **LUCIAN FELIPPE GOULART CHAUSSARD,** matrícula nº 6310, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 258, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **GABRIEL SCHRAMM SZENESZI,** matrícula nº 6309, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 259, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** o servidor **MAURI SILVEIRA DA SILVA,** matrícula nº 6308, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, habilitação Nível Médio/Operador de TV, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 5 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 260, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR ESTÁVEL** a servidora **ANY SANTOS,** matrícula nº 6361, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26, habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 16 de abril de 2013.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de abril de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 261, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **JOSÉ CARLOS BRESCIANI**, matrícula nº 1395, da função de Gerência de Almoxarifado, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 17 de abril de 2013 (DA/CRM - Gerência de Almoxarifado).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 262, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **ANA MARIA ALVES**, matrícula nº 1555, da função de Assessoria técnica-administrativa - Controle e Supervisão do Acervo, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 16 de abril de 2013 (CGP/CE - Gerência Cultural).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 263, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **ALBERTO NEVES**, matrícula nº 519, da função de Assessoria técnica-administrativa - Clipagem e Expedição, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2013 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 264, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR o servidor **LUCAS GABRIEL DINIZ**, matrícula nº 6311, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria técnica-administrativa - Clipagem e Expedição, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de abril de 2013 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 265, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

CONSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL composta pelos servidores **CARLOS ANTONIO BLOSFELD**, matrícula nº 4601, Diretor de Recursos Humanos, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, matrícula nº 3962, Diretor Administrativo, NEROCI DA SILVA RAUPP, matrícula nº 1756, Consultor Legislativo II, VÂNIO CARDOSO DARELLA, matrícula nº 938, Coordenador de Execução Orçamentária, JUAREZ JOSÉ TORTATO, matrícula nº 1088, Coordenador de Atos e Registros Funcionais, FÁBIO MATIAS POLLI, matrícula 1010, Consultor Legislativo II, e com a representação do SINDALESC e da AFALESC pelos servidores: ISABEL CRISTINA CARNEIRO SCHAEFER, matrícula nº 1300, Analista Legislativo, NELSON HENRIQUE MOREIRA, matrícula nº 1001, Técnico Legislativo, ALEXANDRE MELO, matrícula nº 2125, Analista Legislativo e ZULMAR HERMÓGENES SAIBRO, matrícula nº 1257, Coordenador de Transportes, para, sob a Coordenação do primeiro, examinar, propor alternativas e possíveis alterações com referência à Resolução 002/06 de 01/02/2006, no prazo de 90 (noventa) dias prorrogáveis por igual período.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 266, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0540/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR ao servidor **RONY ALVES DE RAMOS**, matrícula nº 7176, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 26 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 267, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0414/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o §19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA**, matrícula nº 620, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-59, a contar de 7 de fevereiro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jaillson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 268, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0508/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o §19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **ALAIR NAZARETE PACHECO**, matrícula nº 1447, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, a contar de 29 de janeiro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 269, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0475/2013,

RESOLVE: *com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **CLARICE ROSA KUHL**, matrícula nº 1137, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, a contar de 17 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 270, de 23 de abril de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0541/2013,

RESOLVE: *com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **MONICA MACHADO MEYER**, matrícula nº 1892, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, a contar de 16 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente
Deputado Jaillson Lima - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 16 DE ABRIL DE 2013.

Às nove horas do dia dezesseis de abril do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Ana Paula Lima, Silvio Dreveck, Serafim Venzon, Narciso Parisotto, José Nei Alberton Ascari, Jean Kuhlmann, Aldo Schneider e Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação as atas da 5ª reunião ordinária e da 2ª reunião extraordinária, que foram aprovadas por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou o Projeto de Lei de nº 0302.1/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Aldo Schneider; o Projeto de Lei de nº 0210.9/2012 e exarou parecer favorável, que posto e discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0194.4/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Silvio Dreveck; o Projeto de Lei de nº 0010.3/2013 e exarou parecer contrário, que posto e discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou os Projetos de Lei de nºs 0374.6/2012, 0053.3/2012 e 0047.5/2013, exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0315.6/2012 e exarou parecer favorável com subemenda modificativa à emenda aditiva, que colocado em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima, ao Deputado José Nei Ascari e ao Deputado Jean Kuhlmann; o Projeto de Lei de nº 0308.7/2012 e exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima e ao Deputado Serafim Venzon; o Projeto de Lei de nº 0001.2/2013 e exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei de nº 0222.2/2010, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Emenda Constitucional de nº 0001.0/2013 e exarou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** apresentou voto-vista o Projeto de Lei de nº 0236.8/2012 e exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; relatou o Projeto de Lei de nº 0398.3/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar de nº 0002.9/2011 e exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, sendo que a Deputada Ana Paula Lima solicitou que constasse em ata seu voto contrário à referida proposição. O **Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0084.0/2012 e exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0134.3/2012 e exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima; o Projeto de Lei de nº 0360.0/2011 e exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima; os Projetos de Lei de nºs 0302.1/2011, 0069.0/2013 e 0077.0/2013 e exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar de nº 0006.2/2013 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0097.4/2013 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. O **Deputado Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei de nº 0059.9/2013 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0362.2/2012 e 0036.2/2013 e exarou pareceres contrários, que colocados em discussão e votação foram aprovados por maioria. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei de nº 0445.4/2011 e exarou parecer contrário, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0077.0/2011 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; O Projeto de Lei de nº 0064.6/2013 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; O Projeto de Lei Complementar de nº 0012.0/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei de nº 00124.1/2012 e exarou parecer favorável, o qual, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Silvio Dreveck; o Projeto de Lei de nº 00037.3/2012 e exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou os Projetos de Lei de nºs 0312.3/2009 e 0008.9/2012 e exarou pareceres contrários, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por maioria; o Projeto de Lei de nº 0062.4/2012 e exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0095.2/2010 e exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0171.8/2011 e 0020.5/2011 e exarou pareceres contrários, que colocados em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima; o Projeto de Lei de nº 0050.0/2011 e exarou parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Deputada Ana Paula Lima; o Projeto de Lei de nº 0315.6/2010 e exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado José Nei A. Ascari; os Projetos de Lei de nºs 0066.8/2013, 0016.9/2013, 0087.2/2013, 0256.1/2011 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0192.2/2012, e exarou parecer favorável à emenda substitutiva global da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0329.1/2012 e exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0013.6/2013, 0075.9/2013 e 0389.2/2012 e exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Ofício de nº 0648.9/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0096.3/2013, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Foi apresentado o Requerimento da Deputada Ana Paula Lima para a realização de Audiências Públicas para debater a regulamentação da segurança contra incêndio e pânico no Estado de Santa Catarina, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por

unanimidade. Foi apresentado o Requerimento dos Deputados Mauro de Nadal, Aldo Schneider e Dirceu Dresch para a criação de Subcomissão para acompanhar a demarcação de terras pela Funai no Estado de Santa Catarina, pelo prazo de sessenta dias, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e todos os presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Eduardo Luiz Venturin, Chefe da Secretaria em exercício, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 2013.

Deputado Mauro de Nadal
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASERS MONOCROMÁTICAS, NOVAS, DE PRIMEIRO USO EM LINHA DE PRODUÇÃO, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.

DATA: 06/05/2013 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 06 de maio de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 19 de abril de 2013.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 1132/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 005/2013, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Confecção e Fornecimento de Banners, Faixas, Adesivos e impressão digital em lona sobre metalon.

Vencedora: CENTRAL FLORIPA IMPRESSÃO DIGITAL
Valor do Último Lance: R$ 22.900,00
Florianópolis, 22 de abril de 2013

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 036/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 008/2013, celebrado em 09/04/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Associação de amigos da casa da criança e do adolescente do morro do mocotó (ACAM).
OBJETO: Aquisição de Cota de Participação no evento intitulado "MASSA SOLITÁRIA" que será realizado no dia 05 de maio do corrente ano nas dependências da Associação Catarinense de Medicina - ACM - cidade de Florianópolis/SC, com direito ao que segue:
• logomarca em comercial de TV com 40 inserções na RIC Record Florianópolis;
• logomarca em comercial de TV com 50 inserções na Record News Santa Catarina;
• divulgação da ALESC em 240 inserções na Rádio Record de Santa Catarina;
• logomarca da ALESC em 08 anúncios ½ página no Jornal Notícias do Dia;
• logomarca da ALESC em 15 outdoors na grande Florianópolis;
• logomarca em 1.000 camisetas do evento;
• logomarca em peças publicitárias (banners, cartazes, e-mail marketing e flyers)
VALOR GLOBAL: R$ 20.000,00
VIGÊNCIA: entre o dia 05/05/2013 e a data do término do evento
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização Administrativa 010/2013-LIC e; Termo de Inexigibilidade nº 006/2013.
Florianópolis, 19 de abril de 2013.
Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
Hedwiges Hofer- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 037/2013

REFERENTE: Inexigibilidade nº 006/2013 celebrado em 09/04/2013.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Associação de amigos da casa da criança e do adolescente do morro do mocotó (ACAM).
OBJETO: Aquisição de Cota de Participação no evento intitulado "MASSA SOLITÁRIA" que será realizado no dia 05 de maio do corrente ano nas dependências da Associação Catarinense de Medicina - ACM - cidade de Florianópolis/SC, com direito ao que segue:
• logomarca em comercial de TV com 40 inserções na RIC Record Florianópolis;
• logomarca em comercial de TV com 50 inserções na Record News Santa Catarina;
• divulgação da ALESC em 240 inserções na Rádio Record de Santa Catarina;
• logomarca da ALESC em 08 anúncios ½ página no Jornal Notícias do Dia;
• logomarca da ALESC em 15 outdoors na grande Florianópolis;
• logomarca em 1.000 camisetas do evento;
• logomarca em peças publicitárias (banners, cartazes, e-mail marketing e flyers)
DATA: 05 de maio de 2013.
VALOR GLOBAL: R$ 20.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 010/2013.
ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), subelemento 3.3.90.39.22 (exposições, congressos e conferências).
Florianópolis, 19 de abril de 2013.
Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 038/2013

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 025/2012 oriunda do Pregão Presencial CL nº 015/2012.
OBJETO: Aquisição de 250 poltronas giratórias de espaldar médio, cor preta.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (05 de dezembro de 2012).
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas da referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 3.931 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 015/2012.

Item	Objeto	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	Cadeira giratória Wind Premium espaldar médio, couro ecológico negro micro perfurado, sistema sincronizado, regulagem de altura e demais especificações que seguem: - Marca: Wind Premium - WP010 - Fabricante: Tecnoflex	250	546,00	**136.500,00**

1ª REGISTRADA: **Tecnoflex Industria e Comercio do Mobiliário Ltda.**
Endereço: Rua José Rodrigues Fortes, nº 264, Jardim Patrícia, Quatro Barras, Paraná.
CEP 3420-000
Fone/fax (41) 3671-8400
e-mail: flavio.cordeiro@tecnoflex.com e licitacoes@tecnoflex.com
CNPJ/MF nº 80.170.897/0001-30
Florianópolis, 19 de abril de 2013
Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC
Mariana A. Figueroa de Azevedo- Procuradora

*** X X X ***

EXTRATO Nº 039/2013

REFERENTE: **Termo de Cooperação Técnica nº 010/2013, celebrado em 23/04/2013.**
OBJETO: **Termo de Cooperação Técnica que celebra entre a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina,** cujo objeto é inserir a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina na nova etapa da campanha "Conte até 10. A raiva passa, a vida fica. Paz, essa é a atitude", de valorização da vida e de sensibilização para gravidade de crime de homicídio, em especial o cometido por impulso ou motivos fúteis, destinada principalmente ao desenvolvimento de trabalhos de conscientização junto aos estudantes (em especial ao público infantil e juvenil), educadores, famílias e a sociedade em geral.
A ALESC, visando os objetivos do presente Termo de Cooperação, no âmbito de suas atribuições, compromete-se a apoiar a campanha por meio do fornecimento dos matérias a seguir descritos:
a) confecção de 50.000 cartazes da Campanha Conte até 10.
b) confecção de 5.000 camisetas com o slogan e estampa da Campanha Conte até 10.

c) confecção de 50.000 cartilhas "Conhecendo o Ministério Público", que integra as atividades da Campanha Conte até 10.
VIGÊNCIA: 23/04/2013 a 31/12/2014
Florianópolis, 24 de abril de 2013.
Deputado Joares Ponticelli - Presidente da ALESC
Doutor Lio Marcos Marin- Procurador- Geral de Justiça

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 054/13

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Instituto AMAR - Centro Municipal Joinvilense do Ser Voluntário**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Dilamar Teresinha Gallina Tebaldi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 055/13

Joinville, 10 de abril de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Centro de Educação Infantil Recanto dos Querubins**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Patrícia Aparecida Ronchi
Representante Legal

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 056/13

Florianópolis, 25 de março de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Facisc - Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina**, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Alaor Francisco Tissot
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 057/13

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **A.P.P. - Associação de Pais e Professores da E.E.B. Prof. Silveira de Mattos**, de Santo Amaro da Imperatriz, referente ao exercício de 2012.

Zélia de Lourdes Dias
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 058/13

Timbó, 11 de Abril de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó**, referente ao exercício de 2012.

Elisabeth Germer
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 059/13

Ofício nº 26/2013 Armazém SC, 15 de abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de Armazém, referente ao exercício de 2012.

Cleber Marciano
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 060/13

Of. nº 019/2013 Balneário Camboriú, 09 de abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **NAHC - Núcleo Assistencial Humberto de Campos**, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2012.

Juliethe Pereira Nitz
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 061/13

Ofício nº 006/2013 Gaspar, 18 de Abril de 2013
Encaminha a documentação para a emissão de certidão do título de reconhecimento de utilidade pública da **Rede Feminina de Combate ao Câncer**, de Gaspar, referente ao exercício de 2012.

Maria Bernadette Isensee
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 062/13

Ofício nº 10/2013 Pomerode-SC, em 15 de abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode**, referente ao exercício de 2012.

Vilmar Volkmann
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 063/13

Ofício 003/2013 Joinville, 22 de março de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Moradores Santa Helena**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Telmo Lemes de Camargo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 064/13

São Bento do Sul, 10 de abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **ARPEM - Associação Regional da Empresa Moveleira**, de São Bento do Sul, referente ao exercício de 2012.

Anor Katzer
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 065/13

Araquari, 15 de abril de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Complexo Assistencial Lar Espírita Maria de Nazareth**, de Araquari, referente ao exercício de 2012.

Zeli da Silva Walber
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 066/13

Ofício nº 068/2013 São Miguel do Oeste, 18 de abril de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de São Miguel do Oeste, referente ao exercício de 2012.

Darcisio A. Klein
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 067/13

Of. Circular nº 044/13 São José, 18 de abril de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José**, referente ao exercício de 2012.

Amélia Inácia Medeiros Ludwig
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 068/13

OF. Nº 028/APAE/2013 São Carlos, 18 de abril de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de São Carlos, referente ao exercício de 2012.

Joarez Bedin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 928, de 01 de abril de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Presidência **SÉRGIO LUIS MAR PINTO**, Procurador do Estado, matrícula nº 256.669-9-01, servidor do Poder Executivo - Procuradoria Geral do Estado, designado para exercer suas atribuições funcionais na Assembleia Legislativa pela Portaria PGE/GAB nº 07/2013, de 27 de fevereiro de 2013, no período de 1º de março de 2013 a 1º de fevereiro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1162, de 22 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, matrícula nº 6316, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Serviços Gerais, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ADRIANA BACK KOERICH, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 30 de abril de 2013 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1163, de 22 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0869/2013,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor **JOAO ROGERIO DE FARIAS**, matrícula 4033, fazendo constar como sendo **JOÃO ROGERIO FARIAS**, conforme consta da Carteira de Identidade, RG 777.271, SSP/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1164, de 22 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1892	MONICA MACHADO MEYER	45	18/03/13	0898/2013
1304	JOENIO PIRES	60	29/03/13	0899/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1165, de 22 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2159	VILSON JOSE FLORIANO	15	03/04/13	0890/2013
1117	TANIA MARIA NOWAKOWSKI	20	03/04/13	0891/2013
1924	SONIA REGINA DA SILVA SALUM	60	13/03/13	0892/2013
1870	ROSITA NUNES	10	02/04/13	0893/2013
1141	LAURA BRASCA	30	05/04/13	0894/2013
1450	ADEMIR BELONDINO DA SILVA	90	12/04/13	0895/2013
1832	ANA MARIA GARIBOTTI	08	05/04/13	0896/2013
7184	GABRIELA PERES SCHIOCHET	30	02/04/13	0897/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1166, de 23 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 007/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2016	Carlos Henrique Monguilhott	
0947	Valter Euclides Damasco	
1039	Victor Inácio Kist	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1167, de 23 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Fabiola Ferreira de Macedo	6325	3%	3%	5/4/2013	0741/2013
Gabriel Schramm Szeneszi	6309	3%	3%	5/4/2013	0740/2013
Gustavo Dzis Giacomini	6306	3%	3%	5/4/2013	0750/2013
Maria Aparecida de Brittos Molgaro	5470	3%	6%	1/4/2013	0734/2013
Maria Mendes do Nascimento	2087	3%	30%	1/4/2013	0760/2013
Patricia Schneider de Amorim	6336	3%	3%	5/4/2013	0828/2013
Pedro Squizatto Fernandes	6315	3%	3%	5/4/2013	0827/2013
Rocler Rech	2097	3%	30%	1/4/2013	0686/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1168, de 23 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Allan de Souza	6339	3%	3%	5/4/2013	0739/2013
Carlos Renato dos Santos	6345	3%	3%	5/4/2013	0754/2013
Diego Vieira de Souza	6302	3%	3%	5/4/2013	0748/2013
Elias Amaral dos Santos	6332	3%	3%	5/4/2013	0744/2013

Gilmar Pagotto	3183	3%	15%	3/4/2013	0755/2013
Lucas Gabriel Diniz	6311	3%	3%	5/4/2013	0837/2013
Lucian Felippe Goulart Chaussard	6310	3%	3%	5/4/2013	0836/2013
Sandra Mara Coelho	1749	3%	36%	4/4/2013	0838/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1169, de 23 de abril de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Anderson Ailton Barbosa	6329	3%	3%	5/4/13	0738/2013
Enio Rubem Lucca Junior	6320	3%	3%	5/4/13	0743/2013
Daniel Domingos de Souza	6323	3%	3%	5/4/13	0746/2013
Deyse Aparecida Ferreira	6327	3%	3%	5/4/13	0747/2013
Brian Venceslau Michalski	6328	3%	3%	5/4/13	0749/2013
Luiz Guilherme Sella Rigoni	6303	3%	3%	5/4/13	0830/2013
Luiz Fernando Nunes da Silva	6312	3%	3%	5/4/13	0831/2013
Luiz Felipe Candido Ribeiro	6348	3%	3%	5/4/13	0832/2013
Laura Celeste Jaeger Gubert	6321	3%	3%	5/4/13	0835/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0112.8/2013

Declara de utilidade pública o Centro de Educação e Evangelização Popular, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Educação e Evangelização Popular, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta lei,

III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Volnei Morastoni
Deputado Estadual PT/SC

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, declara-se de Utilidade Pública Estadual o Centro de Educação e Evangelização Popular, com sede no município de Florianópolis e abrangência em toda a região metropolitana de Florianópolis.

A entidade sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tem por finalidade "o desenvolvimento social daqueles que encontram-se em condições carentes, na região metropolitana de Florianópolis, através de ações civis, culturais, esportivas, sócio-educativas e de saúde, com envolvimento da família e da comunidade, que fortaleçam o exercício da cidadania e contribuam para a melhoria das condições de vida".

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual, permitirá que o Centro usufrua dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover aquilo que objetiva.

Em conformidade com a Lei que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública Estadual, o presente Projeto de Lei está instruído e legitimado.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pelo Centro de Educação e Evangelização Popular, com sede no município de Florianópolis e abrangência em toda a região metropolitana de Florianópolis, à sociedade catarinense, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

Sala das Sessões,

Volnei Morastoni
Deputado Estadual PT/SC

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 113.9/2013

Altera o art. 1º da Lei nº 14.218, de 28 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.218, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, acontecidos em qualquer parte da jurisdição do Estado de Santa Catarina, deverão constar as informações e os procedimentos para recebimento da indenização paga pelo seguro obrigatório - DPVAT, conforme prevê a Lei federal nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Parágrafo único. As informações e os procedimentos a que se refere o caput, são:

I - determinação gráfica no boletim de ocorrência dos prazos do envio do requerimento, pedindo a devida indenização ao consórcio de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos de vias terrestres (DPVAT);

II - relação, por escrito, de todos os documentos necessários, conforme o tipo de indenização pleiteada, e das seguradoras onde se poderá solicitar a indenização;

III - informação, por escrito, do órgão e seu respectivo endereço, telefone e horário de funcionamento do núcleo do seguro DPVAT, para onde deverão ser encaminhados os requerimentos de pedido de indenização e demais documentos, legalmente exigidos;

IV - os tipos de coberturas, ou seja, por morte, invalidez permanente total ou parcial e despesas com assistência médica e suplementar;

V - os valores da indenização;

VI - os beneficiários, entendidos estes como qualquer vítima de acidente envolvendo um veículo automotor de via terrestre ou seu beneficiário legal;

VII - a desnecessidade de identificação do veículo causador do acidente;

VIII - a desnecessidade de apuração da culpa; e

IX - que não há limite de vítimas para fins de indenização para um mesmo acidente."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Nei Alberton Ascari

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

JUSTIFICATIVA

Tem a presente proposição a finalidade de aperfeiçoar o texto da Lei nº 14.218, de 28 de novembro de 2007, que "Dispõe sobre a inclusão de informações e procedimentos nos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito com vítimas, para o recebimento de indenização, prevista em lei, paga pelo seguro obrigatório", criada com o objetivo de facilitar o acesso da população catarinense ao Seguro DPVAT e assim evitar a ação de intermediários.

Deputado José Nei Alberton Ascari

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0114.0/2013

Denomina Rodovia Deputado Aristides Bolan o trecho da Rodovia SC-446 compreendido entre a Avenida Centenário, no município de Criciúma, até o acesso da BR-101, no município de Içara.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Deputado Aristides Bolan o trecho da Rodovia SC-446 compreendido entre a Avenida Centenário, no município de Criciúma, até o acesso da BR-101, no município de Içara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,
Deputado Altair Guidi
Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresento à consideração dos nobres Pares visa atribuir a denominação "Deputado Aristides Bolan" ao trecho compreendido entre a Avenida Centenário, em Criciúma, até o acesso à BR-101, em Içara.

Aristides Bolan nasceu em 01/09/1935, em Espigão da Toca, em Maracajá/SC. Nascido na lavoura, mal teve tempo para concluir o curso primário. Os encargos familiares voltados à educação de seus irmãos menores e o trabalho na lavoura não lhe permitiram prosseguir nos estudos enquanto jovem. Eles só foram completados aos 42 anos de idade, quando concluiu o curso de Direito.

Com 20 anos de idade, em 1955, deixou a lavoura, aprendeu a profissão de alfaiate e estabeleceu-se em Criciúma. Três anos depois fundou uma casa comercial.

Em 1966, assume como Presidente do Comerciário Esporte Clube, levando o clube ao título de Campeão Catarinense de Futebol em 1967.

Ao lado dos afazeres profissionais, iniciou um intenso trabalho social e comunitário, cujo reconhecimento se traduziu na conquista de sucessivos mandatos como Deputado Estadual.

Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina presidiu várias Comissões e participou da Mesa, primeiro como 2º Vice-Presidente, depois como 1º Secretário.

Aristide Bolan nos deixou em 1990, com apenas 54 anos de idade, mas seu exemplo de dignidade e de honradez persiste como inspiração para a sociedade catarinense.

Por isso, solicito a aprovação da proposição por esta Casa Legislativa.

Deputado Altair Guidi

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0115.0/2013

Denomina Idegar Dalmagro o Ginásio de Esportes da Escola Básica Alberico Azevedo, do município de São Miguel do Oeste.

Art. 1º Fica denominado Idegar Dalmagro o Ginásio de Esportes da Escola Básica Alberico Azevedo, do município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Sala das Sessões,
Deputado Mauricio Eskudlark
Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

Justificativa

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que denomina "Idegar Dalmagro" o Ginásio de Esportes da Escola Básica Alberico Azevedo, do município de São Miguel do Oeste.

Idegar Dalmagro foi morar no dia 18 de janeiro de 1961 no bairro São Jorge, sendo o primeiro morador do bairro onde hoje se localiza a Escola Básica Alberico Azevedo. Foi o 1º Presidente da APP e continuou participando da diretoria onde seus filhos, netos e hoje bisnetos continuam estudando. Idegar ajudou a criar a comunidade do bairro São Jorge junto com o Padre Alpidio. Foi também homenageado com uma placa no aniversario da Escola no dia 18 de abril de 2002.

A proposição busca homenagear uma pessoa que foi para a comunidade e para a escola muito importante, pois teve uma vida intimamente ligada a escola, ao bairro e ao Município de São Miguel do Oeste. Dessa forma, nada mais justo que prestarmos homenagem a esse honroso homem e em reconhecimento as relevantes atividades e serviços prestadas ao município de São Miguel do Oeste e a Escola Básica Alberico Azevedo.

Deputado Mauricio Eskudlark

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 015/13

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício n. 645/2013 - GP Florianópolis, 19 de abril de 2013.
Excelentíssimo Senhor
Deputado JOARES PONTICELLI
Presidente da Assembleia Legislativa
Florianópolis - SC
Assunto: PA n. 485828-2012.0 - Projeto de Lei Complementar

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, projeto de lei complementar que "Acrescenta o item III ao número 7 da Tabela I - Atos do Tabelião, da Lei Complementar n. 219, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.169, de 2000", que foi aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado da respectiva justificativa.

Ressalto que o arquivo contendo o aludido projeto foi remetido ao correio eletrônico expediente@alesc.sc.gov.br.

Reitero protestos de consideração e apreço.

Cláudio Barreto Dutra
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 23/04/13

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLC/0015.3/2013

Acrescenta o item III a número 7 da Tabela I - Atos do Tabelião, da Lei Complementar n. 219, de 31 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o valor dos emolumentos nos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, na forma da Lei Federal n. 10.169, de 2000.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O número 7 da Tabela I - Atos do Tabelião - da Lei Complementar n. 219, de 2001, passa a vigorar acrescido do item III, com a seguinte redação:

III - Microfilmagem, digitalização e gravação eletrônica de títulos: R$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos).

NOTAS:

1ª - A cobrança restringe-se ao ato de digitalização de títulos na conformidade com o disposto no art. 37, § 3º, da Lei n. 9.492/97 (Lei de Protestos).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Justificativa

O presente projeto de lei complementar visa inserir na Tabela I - Atos do Tabelião, do Regimento de Custas e Emolumentos (Lei Complementar n. 156/1997 com as alterações posteriores), rubrica específica para a cobrança de emolumentos relativos ao ato de **digitalização**, de títulos encaminhados do Ofício de Protestos.

A referida cobrança encontra amparo no art. 37, § 3º, da Lei federal n. 9.482/97 (Lei de Protestos), *in verbis:*

> Art. 37. Pelos atos que praticarem em decorrência desta Lei, as Tabeliões de Protesto perceberão, diretamente das partes, a título de remuneração, os emolumentos fixados na forma da lei estadual e de seus decretos regulamentadores, salvo quando o serviço for estatizado.
>
> [...]
>
> **§ 3º Pelo ato de digitalização e gravação eletrônica dos títulos e outros documentos, serão cobrados os mesmos valores previstos na tabela de emolumentos para o ato de microfilmagem. (grifou-se)**

Atualmente, a mencionada cobrança ocorre conforme o número 9, item I da Tabela I - Atos do Tabelião do Regimento de Custas e Emolumentos, que assim dispõe:

> 9 - Certidão, traslado ou pública forma: R$ 7,05 (sete reais e cinco centavos) pela primeira folha mais R$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos) por folha excedente. -
>
> **I - cópia xerográfica ou de microfilme R$ 1,80 (um real e oitenta centavos) por cópia, documento ou imagem.**

Esclarece-se, no entanto, que o referido dispositivo está relacionado à cobrança de emolumentos pelo fornecimento de **certidão**, ou, em sua substituição, pela cópia xerográfica de documento que se encontra arquivado ou **microfilmado** na serventia.

Por tal razão, propõe-se a alteração da Tabela I - Atos do Tabelião do Regimento de Custas e Emolumentos, a fim de que se 'torne correlata com a Lei de Protestos. Ademais, tais atos necessitam de efetiva remuneração.

No que se refere à quantia a ser fixada, a Lei em comento determina que o valor cobrado seja o mesmo fixado para o ato de **microfilmagem.**

Concernente a este, aspecto, salienta-se que ele já integra o Regimento de Custas e Emolumentos (Tabelas II, III e IV), razão pela qual sugere-se a adoção do mesmo valor, qual seja: R$ 2,32 (valor atual), por se mostrar adequado e suficiente.

*** X X X ***